

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Camila Pinheiro Urquieta Cáceres Reina

**Serviço Social em programas de aprendizagem:**  
a experiência do estágio no Núcleo Formação e Trabalho - Nuft na Irmandade do  
Divino Espírito Santo – Ides

**FLORIANÓPOLIS  
2020**

Camila Pinheiro Urquieta Cáceres Reina

**Serviço Social em programas de aprendizagem:**

a experiência do estágio no Núcleo Formação e Trabalho - Nuft na Irmandade do  
Divino Espírito Santo – Ides

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Maria Teresa dos Santos

**FLORIANÓPOLIS**

**2020**

**Camila Pinheiro Urquieta Cáceres Raina**

**Serviço Social em programas de aprendizagem:  
a experiência do estágio no Núcleo Formação e Trabalho - Nuft na Irmandade  
do Divino Espírito Santo – Ides**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente  
Maria Teresa dos Santos  
Data: 17/02/2021 10:59:27-0300  
CPF: 044.459.218-07

---

Profa. Maria Teresa dos Santos,  
Dra. Orientadora  
Departamento de Serviço Social/UFSC



Documento assinado digitalmente  
Dilceane Carraro  
Data: 22/02/2021 21:45:30-0300  
CPF: 035.526.749-77

---

Profa. Dilceane Carraro,  
Dra. Avaliadora  
Departamento de Serviço Social/UFSC



**CARLISE FÜHR**  
Assistente Social  
CRESS 6707  
Formação Aprendiz - IDES

---

Assistente Social Carlise Führ  
Avaliadora Irmandade do Divino Espírito Santo –IDES

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e o sustento a cada dia.

A minha mãe que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos e ao meu pai, que tanto desejou me ver graduada. E a meu irmão, e amigo desde sempre.

Ao meu companheiro Dante, que sempre me apoio, incentivou e permaneceu firme ao meu lado, principalmente nos momentos em que pensei em desistir.

À minha cunhada Susan, que se propôs a cuidar da minha filha nos momentos em que precisei me ausentar para finalizar o curso.

A meus familiares, minhas primas Fernanda e Luiza, a minha tia Noemia, pelo apoio e incentivo.

Em especial ao meu querido primo Juracy Junior, que sempre incentivou a terminar a graduação, mas que infelizmente não está mais entre nós.

Às minhas queridas amigas, que me apoiaram em todo o tempo: Roberta Tchalian e Roberta Lima.

Aos colegas de curso que eu pude conhecer e conviver neste longo tempo, Christiane dos Santos, Ana Paula Antunes, Jaina Goes, Rodrigo Fernandes e Jéssica Batista.

Aos professores e professoras que tive durante o curso, em especial Tânia Regina Krüger, Carla Rosane Bressan, Dilceane Carraro, Eliete Cibele Cipriano Vaz, Hélder Boska de Moraes Sarmiento, Helenara Silveira Fagundes, Keli Regina Dal Prá, Marisa Camargo e Maria Regina de Avila Moreira. De igual forma a professora substituta Aline de Andrade Rodrigues, tive o prazer de realizar a monitoria acadêmica.

À toda equipe do Nuft, que me acolheu com tanto carinho nos três semestres do estágio curricular.

Às minhas supervisoras de campo do estágio curricular Carlise Führ e Mariana Xavier Azambuja, ao aprendizado no decorrer deste período.

À querida professora Maria Teresa dos Santos, que me acompanhou o período do estágio supervisionado e por toda a dedicação em me orientar neste trabalho final.

*Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital?*  
MESZÁRO

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a temática da experiência do estágio supervisionado na Irmandade do Divino Espírito Santo, no Núcleo Formação e Trabalho. Tem-se por objetivos identificar a atuação do(a) profissional de serviço social em programas de aprendizagem, a problemática da inserção precoce no mercado de trabalho e o desenvolvimento e elaboração do projeto de intervenção. A fim de alcançar este objetivo, realizou-se uma pesquisa documental dos registros desenvolvidos no processo do estágio supervisionado, ou seja, a análise institucional, diários de campo, relatório final e o projeto de intervenção. Tem como referência a análise da prática profissional do(a) assistente social, a supervisão de estágio em serviço social, o terceiro setor e a problemática do trabalho precoce. Os principais resultados foram a aproximação e apreensão da atuação do(a) assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Constatou-se, ainda, através da atividade do projeto de intervenção e da análise da literatura que os(as) adolescentes inseridos buscam prioritariamente a aprendizagem para o aumento da renda familiar e não meramente para uma primeira experiência profissional. A partir deste trabalho foi possível apontar a necessidade em aprofundar o estudo acerca da atuação/exercício/prática profissional do(a) assistente social em programas de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado; Programas de aprendizagem; Atuação do assistente social; inserção precoce.

## RESUMEN

Este trabajo de graduación aborda el tema de las experiencias en las prácticas supervisadas en la Hermandad del Divino Espíritu Santo, en el Centro de Formación y Trabajo. El objetivo es identificar el desempeño del profesional del trabajo social en los programas de aprendizaje, el problema de la inserción precoz en el mercado laboral y el desarrollo y elaboración del proyecto de intervención. Para lograr este objetivo, se llevó a cabo una investigación documental de los registros desarrollados en el proceso de prácticas supervisadas, es decir, análisis institucional, diarios de campo, informe final y el proyecto de intervención. Se tiene como referencia el análisis de la práctica profesional del trabajador social, la supervisión de las prácticas en el trabajo social, el tercer sector y el problema del trabajo precoz. Los principales resultados fueron la aproximación y la comprensión del desempeño del trabajador social en este espacio socioprofesional. También se encontró a través de la actividad del proyecto de intervención y el análisis de la literatura que los adolescentes incluidos buscan principalmente aprender para poder aumentar los ingresos familiares y no simplemente para tener una primera experiencia profesional. A partir de este trabajo fue posible señalar la necesidad de profundizar el estudio sobre el rendimiento/ejercicio/práctica profesional del trabajador social en los programas de aprendizaje.

**Palabras clave:** Prácticas supervisadas; Programas de Aprendizaje; Actuación del trabajador social; Inserción precoz

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição dos motivos de inscrição no Programa de Aprendizagem.....	30
<b>Gráfico 2</b> - Respostas referentes aos temas escolhidos .....	55
<b>Gráfico 3</b> – Avaliação da roda de conversa sobre saúde mental .....	57
<b>Gráfico 4</b> – Avaliação da roda de conversa sobre sexualidade.....	60
<b>Gráfico 5</b> - Avaliação da roda de conversa sobre suicídio .....	62
<b>Gráfico 6</b> - Avaliação da roda de conversa sobre suicídio .....	63
<b>Figura 1</b> - Crianças e adolescentes ocupadas entre 10 e 17 anos no Estado de SC .....	37
<b>Tabela 1</b> - Súmula das principais ideias dos entrevistados frente à questão do papel do assistente social .....	53
<b>Tabela 2</b> – Súmula das principais ideias dos participantes das rodas de conversa.....	64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BADESC** - Banco do Estado de Santa Catarina

**BB** – Banco do Brasil

**CASAN** - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

**CBAS** - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

**CEAP** - Centro de Aprendizagem Profissional

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CEIG** - Centro de Educação Infantil Girassol

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**CIC** - Centro Integrado de Cultura

**CIEE/SC** - Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina

**CMDCA** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CMF** - Câmara Municipal de Florianópolis

**CNPJ** - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

**CPF** - Cadastro De Pessoas Físicas

**CRAS** - Centro de Referência em Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**CTPS** - Carteira de Trabalho e Previdência Social

**CVV** - Centro de Valorização da Vida

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**FAT** - Fundo de Amparo do Trabalhador

**FEESC** - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina

**FNPETI** - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

**FPPF** - Fórum de Políticas Públicas da cidade de Florianópolis

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDES** - Irmandade do Divino Espírito Santo

**IEA** - Instituto de Estudos Avançados

**JIG** - Jardim da Infância Girassol

**MP/SC** - Ministério Público de Santa Catarina

**NAE** - Núcleo Arte Educação

**NUFT** - Núcleo Formação e Trabalho

**NUI** - Núcleo da Infância

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**ONG** – Organização não governamental

**OPAS** - Organização Pan-Americana da Saúde

**OSCs** - Organizações Da Sociedade Civil

**PEAS** - Programa Espaço Alternativo do Saber

**PAEFI** - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

**PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PJT** - Programa Jovem Trabalhador

**PMF** - Prefeitura Municipal de Florianópolis

**PNE** - Política Nacional de Educação

**PROMENOR** - Associação Promocional do Menor Trabalhador

**RH** - Recursos Humanos

**SC** – Santa Catarina

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**TCE/SC** - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

**TI** - Tecnologia da Informação

**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina

**UNISUL** - Universidade do Sul de Santa Catarina

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>O PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE AGOSTO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2017.....</b>	<b>15</b>
2.1	O PRIMEIRO MOMENTO DO ESTÁGIO: RECONHECENDO O ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL.....	15
2.2	ANALISANDO O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM.....	24
2.3	A PROBLEMÁTICA DA INSERÇÃO PRECOCE NO MERCADO DE TRABALHO.....	32
<b>3</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL NA IDES: E O PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>38</b>
3.1	O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA IDES: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA PROFISSÃO.....	38
3.2	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NUFT.....	40
3.3	O SERVIÇO SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	46
3.4	O PROJETO DE INTERVENÇÃO: DA ELABORAÇÃO ATÉ A EXECUÇÃO.....	50
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta um relato de experiência da autora enquanto estagiária em Serviço Social no Núcleo Formação e Trabalho (Nuft), um entre os programas ofertado pela Irmandade do Divino Espírito Santo (Ides). A atividade de estágio foi desenvolvida no período de agosto de 2016 e finalizada em meados de dezembro de 2017.

A Ides é uma entidade católica, filantrópica, assistencial e sem fins lucrativos, está situada na cidade de Florianópolis e desde o início vem atuando com ações sociais junto às crianças, adolescentes e jovens. O atendimento institucional abrange alguns municípios da Grande Florianópolis, sendo eles: Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José.

A Ides possui três programas com distintos serviços: o Nuft, o Núcleo da Infância (NUI) compõe o Lar São Vicente de Paulo, ou seja, abrigo de acolhimento institucional de crianças encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude ou pelo Conselho Tutelar e Centro de Educação Infantil Girassol (CEIG) e também o Núcleo Arte Educação (NAE).

A experiência de estágio foi oportunizada no Nuft, e este núcleo realiza o atendimento à/ao adolescente e jovem, entre 14 e 24 anos que pretende obter a primeira inserção no mercado de trabalho. A contratação é feita para encaminhar os/as aprendizes às empresas conveniadas com a Ides e respaldada pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000).

Este trabalho direciona-se especialmente em apresentar as atividades vivenciadas durante o estágio supervisionado, as dificuldades encontradas e suas problemáticas. Além disso, pretende-se discorrer sobre qual o real papel da assistente social<sup>1</sup> em instituições que possui o programa de aprendizagem. Temos como questionamentos: há necessidade de tal profissional? Qual o papel deste profissional?

Para que se possa cumprir com o objetivo, optou-se metodologicamente pela realização de uma pesquisa documental recorrendo aos registros desenvolvidos no processo do estágio obrigatório, ou seja, a análise institucional, diários de campo, relatório final e o projeto de intervenção. Tem como referência a análise da prática

---

<sup>1</sup> Considerando que as profissionais de serviço social que atuam no Nuft são mulheres, optou-se por adotar com o pronome de tratamento feminino neste trabalho.

profissional do(a) assistente social, o terceiro setor e a problemática da inserção precoce no mercado de trabalho.

No percurso da elaboração deste trabalho, buscou-se pesquisar textos que abordassem a temática do trabalho infantojuvenil, nesta investigação foi possível encontrar diversas perspectivas sobre este tema. Entretanto para o embasamento optou-se por direcionar pela perspectiva crítica, problematizando a inserção precoce no mercado de trabalho.

O texto está estruturado em duas grandes seções. No primeiro capítulo será apresentado um panorama histórico da Ides e também será abordado sobre o Programa de Aprendizagem ofertado pelo Nuft, juntamente com alguns aspectos gerais da inserção infantojuvenil no mercado de trabalho e suas problemáticas.

Busca-se no segundo capítulo, será explanado sobre o Serviço Social na Ides e o projeto de intervenção. Tratar-se-á sobre experiência de estágio, o percurso feito para a elaboração do projeto de intervenção e sua avaliação. Por fim, serão apresentadas as conclusões deste trabalho, apontando a relevância da discussão do tema e reflexões levantadas no decorrer do processo do estágio e da produção desse trabalho.

É possível perceber no decorrer do texto, que haverá breves abordagens sobre alguns acontecimentos históricos no Brasil, no mundo e momentos que influenciaram a trajetória da profissão, paralelamente aos acontecimentos vivenciados pela Instituição.

Propomo-nos, por fim, por meio da explanação do programa de aprendizagem, trazer a problemática e contradições que permeiam a temática da inserção precoce no mercado de trabalho. Em linhas gerais, trazer à luz aquilo que no senso comum é visto como algo bom e produtivo, mas em sua essência é mais uma forma de reprodução e dominação neste modo sistema capitalista.

## **2 O PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE AGOSTO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2017**

Antes de adentrarmos especificamente ao tema da inserção infantojuvenil no mercado de trabalho, faz-se necessário conhecer um breve historial da Irmandade do Divino Espírito Santo (Ides) e os serviços ofertados. Será abordado um panorama sobre programa de aprendizagem e suas implicações, ainda, serão apresentadas algumas problemáticas do trabalho precoce.

Para apropriar-se das informações sobre a Ides e o programa de aprendizagem, foi necessário realizar uma identificação da instituição. Tal conhecimento foi proporcionado por meio de leitura de alguns TCCs que abordavam o trabalho realizado no Nuft, de documentos internos e entrevistas com profissionais de vários setores.

### **2.1 O PRIMEIRO MOMENTO DO ESTÁGIO: RECONHECENDO O ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL**

A inserção no estágio obrigatório ocorreu na instituição Ides, iniciou-se no segundo semestre do ano de 2016 e findou-se ao término do ano de 2017. A sede da Ides está localizada no Centro da cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Esta, é uma entidade católica, filantrópica, assistencial e sem fins lucrativos e caracterizada especificamente em grupo do terceiro setor. Possui 247 anos de fundação e desde o início vem atuando com ações sociais para crianças, adolescentes e jovens.

No período datado pelo estágio, a Instituição possuía três programas com distintos serviços: o Nuft, o Núcleo da Infância (NUI), que é composto pelo Lar São Vicente de Paulo, ou seja, um abrigo de acolhimento institucional de crianças encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude ou pelo Conselho Tutelar e pelo Centro de Educação Infantil Girassol (CEIG) e também o Núcleo Arte Educação

(NAE). Este último está localizado na Rua Rui Barbosa, 811, bairro Agrônômica na cidade de Florianópolis<sup>2</sup>.

O público alvo da Ides são crianças, adolescentes e jovens, as/os dois últimos(as), atendidos(as) na aprendizagem. Atua na assistência e formação de crianças e adolescentes prioritariamente que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista promover a cidadania e o desenvolvimento social. O atendimento institucional abrange alguns municípios da Grande Florianópolis, sendo eles: Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José.

A Ides dispõe de uma diretoria voluntária sendo eleitos e renovados a cada dois anos, eleição essa na qual estão aptos a participar somente os associados denominados de “Irmãos”. A direção executiva vigente no período de 2016 permaneceu até o ano de 2018. Logo, o cargo máximo era do Provedor Ademar Arcângelo Cirimbelli, seguido pelo Vice Provedor Paulo Teixeira do Valle Pereira.

Posteriormente são nomeados os diretores dos seguintes segmentos: financeiro; administrativo, jurídico, de assuntos religiosos e a diretora de assuntos socioassistencial. E na sequência destes encontra-se a coordenadoria geral e a secretaria executiva, que realiza a mediação entre os diretores e conselheiros. Cabe salientar que cada núcleo conta com seu/sua coordenador, apenas o Núcleo da Infância que possui dois/duas coordenadores, ou seja, um para o Lar São Vicente de Paulo e outro para o CEIG.

No que tange ao Programa de Aprendizagem, teve sua origem na década de 1970. No princípio, o atendimento a esse público era realizado pela instituição Associação Promocional do Menor Trabalhador – Promenor, e conforme Führ (2009):

A criação da PROMENOR foi impulsionada pela necessidade colocada pela Comissão do Setor do Menor da Capital, que no final da década de 1960 passou a estudar a situação do menor na cidade de Florianópolis. Diante de muitas necessidades apresentadas por essa demanda, a Comissão percebeu a necessidade da criação de um programa destinado a esta população, que lhes pudesse proporcionar melhores condições de vida. Assim criou-se o Projeto Menor Trabalhador (FÜHR, 2009, p. 29).

---

<sup>2</sup> De acordo com o site da Ides, houve mudanças significativas tanto na nomenclatura quanto na separação dos Núcleos. Portanto, atualmente dividem-se em quatro serviços, eles são: o NUFT está nomeado por Formação Aprendiz, o NUI foi destituído e os serviços separados, sendo assim, agora temos o programa Centro de Educação Infantil Girassol (creche e pré-escola gratuita) e o Lar São Vicente de Paulo. Por último havia o NAE que atualmente denomina-se por EducArte.

Embora a Promenor tenha sido fundada em 1971, somente no seguinte ano que o primeiro aprendiz foi encaminhado para o mercado de trabalho. Os/as adolescentes e jovens eram direcionados a empresas como Banco do Estado de Santa Catarina (BADESC) e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), atuando como office-boy/girl (FÜHR, 2009).

Logo após dois anos de sua fundação, a Promenor já contava com sessenta e sete crianças e adolescentes sendo acompanhados pelo programa. Estes(as) permaneciam em regime semiaberto, ou seja, das sete horas da manhã até às seis horas da tarde. E para que pudessem fazer parte do projeto era necessário: estar em condição social e econômica vulnerável, estar cursando uma instituição de ensino regular, ter documentos de identificação, residir na capital ou nas proximidades territoriais e diferentemente do ano de 1972, precisariam ter de dez a dezoito anos (BRICK 2010). Nestes primeiros anos para a subsistência, a Instituição contava com os seguintes recursos financeiros:

[...] subvenções municipais, doações de associados e da comunidade, comercialização dos produtos confeccionados na Instituição (artesanato em madeira, brechó, biscoitos, bordados, brinquedos, etc.), parcerias com empresas para encaminhamento de jovens aprendizes, aluguel de imóveis que compõem o seu patrimônio e recursos obtidos através de promoções e eventos com a colaboração da comunidade para sua realização (FÜHR, 2009, p. 30).

Ao passar dos anos e com aumento pela busca do serviço da Promenor, demandou-se maiores recursos financeiros, porém não havia o capital necessário para todo o custeio. Cabe salientar que, os anos de 1970 foram marcados por inúmeras transformações no mercado financeiro internacional ao ponto de resultar em significativas mudanças no país, que produzira uma grande crise financeira na economia brasileira (ANGELICO; LUCCHESI, 2017).

Alves (2012, p. 2) menciona que, foi a partir da década de 1970 que se vivenciou uma crise estrutural e “significou, no plano histórico-mundial, a inauguração de um “corte histórico” no processo civilizatório do capital”.

Acoplado aos acontecimentos históricos e que afetou financeiramente a instituição, foi preciso buscar novas alternativas de apoio para o aumento de recursos. Em consequência, a diretora na época Sra. Maria Tereza Bandeira Maia recorreu à Irmandade do Divino Espírito Santo para solicitar auxílio e resultou que a Promenor

passou a ser administrada pela Ides. Vale destacar que nesta época o Lar São Vicente de Paulo e o Jardim Girassol, nome na época, já faziam parte da Ides.

De acordo com Brick (2010), após nova coordenação, a Promenor sofreu algumas modificações, entre elas houve o aumento no número de convênios com empresas, solicitou-se a inserção de meninas no Programa e aumentou a idade limite para os 21 anos.

Nos anos subsequentes houve marcos importantes no país que influenciaram fortemente o posicionamento da Instituição. Em 1988 vivenciou-se a promulgação da nova Constituição Federal Brasileira, que em suma, trouxe a ampliação do conceito de cidadania. Na sequência, em 1990 foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, que discorre sobre a proteção integral da criança e da(o) adolescente.

Ainda, neste mesmo período, a partir do próprio ECA ocorreu a modificação da utilização da palavra “menor”, para então atribuir a criança e à/ao adolescente. Embora atualmente é comum se verificar que, ainda se encontre a utilização do termo, inclusive pela mídia. E a Ides, ainda ser conhecida por “empregar trabalhador menor<sup>3</sup> de idade”.

A última década do século XX foi bastante relevante, visto que, a Promenor já pertencendo a Ides destacava-se na região pelos cursos oferecidos de office-boy/girl, inglês, informática e eco empreendedorismo e com o total de setecentos e cinquenta participações. Embora a instituição prosseguisse em sua expansão, novamente ao final desse mesmo decênio, lhe sobreveio uma segunda crise financeira (BRICK 2010).

Neste mesmo período, o país por completo passava por uma enorme instabilidade financeira decorrente de inflação e com a mudança de presidente, assumindo Fernando Henrique Cardoso (a primeira gestão iniciou em 1995 e finalizou em 1998 e a segunda iniciou em 1999 até durou até 2002). Eleito com forte influência, “integrando propostas econômicas-sociais da agenda neoliberal” (NETTO, 1996, p.104), projetando e financiando cada vez menos políticas públicas e repassando parte de sua responsabilidade para Organizações não governamentais (ONGs), Igrejas, empresas privadas desresponsabilizando o Estado de suas obrigações. Com

---

<sup>3</sup> A nomenclatura “menor” é utilizada até os dias atuais, é possível visualizar por meio da notícia veiculada datada em 12 de agosto de 2020, com o seguinte título: Trabalhador Menor de Idade, no site: <https://noticiasconcursos.com.br/direitos-trabalhador/trabalhador-menor-de-idade/>

isto, entregando suas atribuições para sociedade civil e acarretando no novo assistencialismo focado somente na extrema pobreza.

É nesse cenário que ganha evidência o “terceiro setor”, sendo parte do projeto neoliberal. Cabe destacar que a gênese do terceiro setor reúne forte influência da reestruturação do capital advindo de uma potente crise sistêmica ocorrida a partir da década de 1970. Tal reestruturação provem de imposições do chamado Consenso de Washington<sup>4</sup>, exclusiva para os países da América Latina. Assim, descreve Montañó (2003), os elementos que a partir dos princípios neoliberais que influenciaram e impulsionaram o prelúdio do terceiro setor:

Orientado segundo os princípios neoliberais [...] da flexibilização dos mercados nacionais e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho, permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro (MONTAÑO, 2003, p. 16).

Isto posto, observa-se que há um desmonte das responsabilidades estatais, e parte de enfrentamento da crise que sobreveio seria a reformulação das atribuições destinando maior parte financeira para a reestruturação do capital, ou seja, reduz os custos do Estado com políticas sociais para estabilizar o setor empresarial. Com isso, solidifica-se o papel do terceiro setor para tentar superar as expressões da questão social.

De acordo com Montañó (2003, p. 51), constitui-se como terceiro setor as “ONGs, as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais etc.”. O autor ainda elucida que a:

[...] abordagem sobre o terceiro setor não parte do conceito de um fenômeno isolado, mas, por ter como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital como um todo, chega ao terceiro setor como um fenômeno partícipe dessas transformações gerais, como produto delas (Ibidem, p. 52).

---

<sup>4</sup> Consenso de Washington foi uma reunião que ocorreu no ano de 1989 em que estiveram presentes os organismos de financiamentos internacionais, e estes vêm com o intuito de orientar a (contra) reforma do Estado nos países periféricos (MONTANO, 2003).

Embora já existisse tanto a Ides quanto outras inúmeras instituições, é a partir de meados dos anos de 1980 e 1990 que há uma efervescência do terceiro setor. Tal crescimento ocorreu pois, como já destacado vivenciávamos significativas transformações mundialmente que para o Estado acarretou inúmeras crises, por outro lado o mercado precisava lucrar e sobrando apenas para o terceiro setor responsabilizar-se pelas demandas sociais. Isto posto, Montañó (2003) ainda problematiza esta intervenção, ao menciona que:

É muito importante a mobilização da sociedade contra a fome e a miséria [...], porém o problema é, primeiramente, ignorar que se tratam de ações emergenciais que, dando respostas imediatas e assistenciais, não resolvem a médio e longo prazos as causas da fome e da miséria, consolidando uma relação de dependência dessa população. (MONTAÑO, 2003, p. 18)

No que tange a Ides, reconhecida então como uma instituição do terceiro setor, precisava encontrar medidas de enfrentamento da crise financeira que o país atravessava. Brick (2010) destaca algumas das ações realizadas, entre elas: o gerenciamento do estacionamento Centro Integrado de Cultura (CIC<sup>5</sup>) e parte da arrecadação da Festa do Divino do ano de 1999 foi destinada para a manutenção dos programas e projetos já existentes.

Cabe ressaltar que a Festa do Divino é uma comemoração católica tradicional originada de Portugal, e no Brasil foi iniciada com os açorianos que imigraram para cá por volta de 1740. Até os dias atuais, com a arrecadação deste evento é possível auxiliar financeiramente os programas ofertados pela instituição (IDES, 2020).

Ao final dos anos 1990 a Ides/Promenor em sua expansão, contava com sete programas, devidamente separados e nomeados por: Abrigo São Vicente de Paulo, Jardim da Infância Girassol (JIG), Programa Espaço Alternativo do Saber (PEAS), Centro de Aprendizagem Profissional (CEAP), Programa Oficina Educativa e Reciclagem de Papel, Programa Jovem Trabalhador (PJT) e Show Room Cia Divina (BRICK, 2010).

Conforme ressaltado por Brick (2010), todos estes programas, desenvolvidos pela Instituição, tinha como objetivo primordial o atendimento a crianças e

---

<sup>5</sup> Conforme descrito no site <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/cic/o-cic> o Centro Integrado de Cultura (CIC) é um local onde ocorre diversas formas de manifestação da cultura artística e está localizado no bairro Agrônômica, na cidade de Florianópolis.

adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apenas o último que era voltado à venda de produtos confeccionados pelos/as adolescentes assistidos.

Com a entrada dos anos 2000, a Ides/Promenor contava com certa estabilidade financeira. O PJT contava com trezentos e dezesseis adolescentes sendo que cento e quarenta e um eram meninas. De acordo com Brick (2010):

O PJT sempre teve a preocupação de inserir o adolescente no mercado de trabalho de modo qualitativo, ou seja, sempre houve o interesse de oportunizar ao adolescente um processo de aprendizado amplo, garantindo-lhe o desenvolvimento de competências que o capacitasse para competir no mercado de trabalho. (BRICK, 2010, p. 72)

Ainda, a autora (BRICK, 2010) ressalta que, para desenvolver competências nas(os) adolescentes, foi propiciada uma Capacitação para o Primeiro Emprego destinado aos usuários(as) que tinham interesse em se inscrever no PJT.

Esta capacitação era destinada à/aos adolescentes que almejavam ter uma primeira experiência com o mercado de trabalho, tinha como requisito ter de quinze a dezoito anos. Tinha uma cobrança de uma taxa mínima, porém havia cinco vagas de isenção de pagamento para os que comprovassem impossibilidade de custear o curso. A carga horária era de quarenta horas/aulas e oferecia-se (03) três aulas por semana. Os temas abordados eram: Conhecimentos Específicos (atendimento ao público, postura, relacionamento interpessoal entre outros), Conhecimentos Gerais (ecologia, cidadania, legislação e etc.) e Autoconhecimento (motivação, autoestima, expressão corporal). Ao final do curso a/o adolescente que atingisse média sete recebia um certificado.

Ao finalizar a capacitação as/os participantes poderiam se inscrever no PJT ou também em outras instituições que oferecessem inserção em projeto semelhante esse mesmo projeto. Sendo assim, tornando a Capacitação em um pré-requisito para sua inscrição. Lembrando que os rapazes e moças que já eram empregados pelo PJT também deveriam participar dos cursos oferecidos pelo CEAP, e sendo a oferta possível, por conta dos parceiros: Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC), o Instituto de Estudos Avançados (IEA), o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) entre outros associados (ibidem, 2010).

Ao final dos anos 2000 foi sancionada a Lei Federal 10.097/2000, ou seja, lei que regulamenta a Aprendizagem Profissional. A legislação da aprendizagem surge

para garantir mínimas condições à/ao adolescente que necessita inserir tão precocemente no mercado de trabalho.

Em um livro publicado pelo Dieese (2001) em 2001, relata que o trabalho de crianças e adolescentes jovens não era algo excepcional, havia no Brasil aproximadamente de 3 a 4 milhões de crianças, e jovens adolescentes trabalhadores. Nesta mesma perspectiva, Rizzo e Chamon (2010) destacam que:

O Brasil tem uma longa história de exploração de mão de obra. Utilizou por praticamente quatrocentos anos a mão de obra escrava e sempre explorou, em maior ou menor grau, a mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam para manter a si e suas famílias. (RIZZO; CHAMON, 2010, p. 410).

As autoras (2010, p. 410) ainda mostram como a Lei 10.097/2000 “apenas reafirma o quanto a presença de adolescentes na força de trabalho tem sido encorajada pela sociedade”. Neste sistema capitalista, a lei reforça dá total autonomia para a contratação e inserção infantojuvenil no mercado de trabalho, apenas garantindo alguns direitos básicos.

Foi promulgada em 19 de dezembro de 2000 a Lei 10.097, e esta é criada para promover o direito à aprendizagem a/o adolescente e jovem, da faixa etária dos 14 até os 24 anos, com a devida proteção integral. (BRASIL, 2019).

Na Lei 10.097, foi destacada a obrigação dos estabelecimentos de médio e grande porte incluir um percentual de 5% a 15% de adolescentes e jovens aprendizes. Em decorrência da publicação da Lei 10.097 a Ides/Promenor necessitou elaborar algumas reformulações em seu programa, como a reestruturação da idade e também salários e benefícios.

As empresas conveniadas com a Promenor repassavam um valor referente ao salário da/do adolescente e encargos sociais. Dentre o valor destinado para pagamento do salário também era concedido vale transporte, vale alimentação e dependendo da empresa alocada, a/o adolescente recebia uniforme e convênio odontológico. Até este momento o PJT gozava do convênio de vinte e três empresas, e as/os participantes empregados(as) nestas empresas cumpriam carga horário de quatro a oito horas diárias (BRICK, 2010).

Em 2002 houve algumas mudanças, principalmente na nomenclatura dos programas ofertados pela Ides, o JIG mudou para Centro de Educação Infantil (CEIG).

A Oficina Educativa foi encerrada e alguns dos(as) inscritos foram alocados no PJT e outros encaminhados para outros serviços da Prefeitura de São José (BRICK, 2010).

A partir de 2005 com o Decreto nº 5.598<sup>6</sup>, houve ampliação da faixa etária para participação do Programa de Aprendizagem para até os (24) vinte e quatro anos, como é descrito no “Art. 2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem” (BRASIL, 2005, p. 1). Importante destacar que, as/os admitidos pelas empresas para exercer a aprendizagem necessitariam estar inscritos concomitantemente nos cursos de Serviços Nacionais de Aprendizagem, em função disso a existência das parceiras com as entidades e instituições que realizavam essa função.

Conforme salienta Brick (2010), em 2007 a equipe técnica da Ides iniciou um Planejamento Político Pedagógico, e uma das propostas mais relevantes foi a de transformar os programas em núcleos, para que estes tivessem maior articulação entre si. Entretanto, apenas em 2008 que Instituição passou a ser composta pelos seguintes Núcleos:

- Núcleo da Infância (NUI), contempla a faixa etária de 0 a 6 anos e composto pelos seguintes projetos: Abrigo e CEIG;
- Núcleo Arte-Educação (NAE), contempla a faixa etária dos 06 aos 14 anos: substituindo a nomenclatura PEAS;
- Núcleo Formação e Trabalho (NUFT), contempla a faixa etária dos 14 aos 18 anos (BRICK,2010).

No ano subsequente à reestruturação da Instituição, o Nuft dispunha de oitenta e uma empresas conveniadas, além de contar com a parceria da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Oficina da Vida. O contrato de aprendizagem dependendo da empresa, era de dezessete até dezenove meses. A carga horária cumprida pela(o) adolescente nesses locais era de quatro horas diárias, recebiam um salário mínimo/hora e vale transporte. A parte teórica que, deveria abranger mínimo de 25% da carga total do contrato de aprendizagem, era de trezentas horas/aula exigida em lei, e realizada semanalmente no Nuft (BRICK, 2010).

---

<sup>6</sup> O Decreto nº 5.598, foi criado para regulamentar a contratação de aprendizes, embora atualmente tenha sido revogado pelo Decreto nº 9.579 de 22 de novembro de 2018.

Com a entrada do ano de 2010 o Nuft contava em sua equipe com uma coordenadora, uma pedagoga, uma assistente social, duas educadoras sociais, duas estagiárias de Serviço Social, uma auxiliar de escritório e sete educadores vindos da Associação Escola Oficina da Vida. Cabe destacar que neste mesmo ano, ocorreu o reajuste do salário mínimo para R\$ 679,00 (seiscentos e setenta e nove reais), tendo um aumento significativo comparado com o ano de 2001 que o salário mínimo era de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Ao final do período de estágio o NUI possuía um total de noventa e cinco funcionários. O Lar São Vicente de Paulo, abrigo de acolhimento institucional, dispunha capacidade para até vinte crianças e o CEIG com o objetivo de ser uma creche e pré-escola gratuita contava com trezentos e sessenta crianças matriculadas(os). O seguinte núcleo incluso na instituição, NAE, contava com quinze funcionários(as) e atendia cento e trinta crianças e adolescentes. E por último o Nuft, contava com dezesseis funcionários(as) e possuía aproximadamente duzentos adolescentes e jovens atendidos(as).

No período em que vivenciava o estágio supervisionado, a equipe do Nuft, era composta por duas auxiliares de escritório, duas estagiárias de Serviço Social, duas assistentes sociais, todas estas dividiam-se entre os turnos matutino e vespertino. Também contava com uma coordenadora, um pedagogo, cinco educadores(as) de sala, duas educadoras sociais, uma psicóloga e um consultor de parcerias.

## 2.2 ANALISANDO O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

Ao iniciar as atividades de estágio em Serviço Social, em um primeiro momento tinha-se como expectativa apenas apropriar-se da atuação do assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Porém, no decorrer dos dias, por meio das leituras referente à/ao adolescente e o trabalho, percebeu-se que havia mais nas entrelinhas do que propriamente estava exposto. E no dia a dia se dialogavam com as inúmeras problemáticas sobre a inserção precoce no mercado de trabalho.

Como síntese de textos e discussões analisados no período em que ocorreu o estágio, é possível ver que a relação adolescente/jovem e o mercado de trabalho, não é algo atual, está presente ao longo da história. E caracteriza-se como um relevante tema de discussão e problematização. Aqui apresentaremos o funcionamento do

Programa de Aprendizagem na Ides, ainda, será explanado sobre a Lei de Aprendizagem, e problematizações sobre a ideia da(o) adolescente e a sua inserção precoce no mercado de trabalho.

De acordo com o Manual da Aprendizagem, publicado com informações sobre o que é preciso para contratar um(a) aprendiz, entende-se que a Aprendizagem Profissional é:

um instrumento de qualificação profissional para adolescentes e jovens, concretizado através da obrigação legal de cumprimento de cota de contratação de aprendizes pelas empresas, que se tornam responsáveis por assegurar formação técnico-profissional metódica a adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva (BRASIL, 2019, p. 9).

Desta forma, a Ides fornece um trabalho pautado na Lei da Aprendizagem. Este serviço é direcionado aos(às) adolescentes e jovens de 14 até os 24 anos, possui uma duração máxima de 24 meses, é ofertado um salário mínimo hora e para poder concorrer às vagas disponibilizadas, a/o adolescente precisa realizar sua inscrição em um programa de aprendizagem (BRASIL, 2019).

Na Ides, as inscrições eram realizadas em dois grandes blocos, primeiro semestre e segundo semestre, era decidido em reunião<sup>7</sup> as datas de início e término. Porém sempre ocorria nas quartas-feiras, no período matutino eram entregues 30 senhas e no vespertino 20 senhas. Era necessário a apresentação dos seguintes documentos: carteira de trabalho, cadastro de pessoas físicas (CPF), carteira de identidade, comprovante de frequência escolar, comprovante de residência e comprovante de renda familiar.

Cabe salientar que, as profissionais responsáveis pela execução das inscrições das(os) adolescentes e jovens eram as duas educadoras sociais e estagiárias, em alguns momentos se necessário havia o auxílio das assistentes sociais. Também neste primeiro contato, caracterizado como um primeiro atendimento, o/a adolescente respondia um questionário, com as seguintes perguntas:

- O que o(a) adolescente ou jovem pensa sobre a escola?
- O que ele pensa sobre o trabalho? Com que se vê trabalhando futuramente?
- Já cumpriu alguma medida socioeducativa?
- Recebe algum auxílio do governo?

---

<sup>7</sup> Era realizada a primeira reunião do ano do Nuft, e neste encontro era exposto pela coordenação o período de inscrições do ano que estava iniciando.

Além disso, nesta entrevista buscava-se obter informação mais específicas sobre a estrutura e organização familiar, de forma a atender prioritariamente adolescentes e/ou jovens em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, e entre outros questionamentos. Após realizada a inscrição, o cadastro ficava em um banco de dados da Ides para uma futura contratação.

Houve diversos momentos em que, por meio desta primeira entrevista foi possível conhecer inúmeras famílias que vinham atravessando por dificuldades financeiras e encontravam a esperança no emprego da(o) adolescente.

Ocorreu que, em uma determinada entrevista realizada com a/o adolescente e o pai, observou-se que a família havia migrado há pouco tempo do estado do Pará para a cidade de Florianópolis e todos os membros estavam desempregados. Foi realizada uma orientação com o pai da(o) adolescente para mostrar os locais onde há oferta de empregos na cidade. Após este contato inicial, em conversa com a assistente social, percebeu que havia uma vaga em aberta para uma determinada empresa conveniada com a Instituição. Sendo assim, priorizou-se a demanda da família que havia sido atendida naquele mesmo dia de inscrição.

Cabe salientar que, enquanto estagiária entende-se que, diante de toda a problemática sobre a inserção precoce uma das causas seria a defasagem do Estado em proporcionar políticas públicas às/aos adolescentes para que não ocorra a necessidade em buscar um emprego a fim de ter a aprendizagem que o mercado exige.

Os processos seletivos ocorriam de forma que a empresa conveniada solicitava ao Nuft um(a) adolescente ou jovem, e as estagiárias e assistentes sociais realizavam a procura no sistema de cadastrados. Partia-se pela busca de adolescentes ou jovens, que residissem próximo ao contratante. Alguns estabelecimentos de antemão já informavam o perfil de adolescente desejado para o setor no qual será inserido.

Embora a aprendizagem no Nuft contemplasse jovens de 18 a 24 anos, havia pouquíssimas empresas conveniadas que solicitavam esta faixa etária, e muito provável que grande maioria desta faixa etária inscrita não consiga emprego através do programa de aprendizagem. Além disso, diante dos requisitos do mercado de trabalho, muitos demorarão para conseguir uma vaga, pois a maioria não possui experiência de trabalho com carteira assinada. Essa é a dinâmica que o capitalismo se intensifica, classificando-os como o exército industrial de reserva, ou seja, "um

grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para sua força de trabalho" (NETTO; BRAZ, 2012, p. 132).

Ainda, sobre os processos seletivos, dependendo do ramo de atividade da empresa era indicado: o sexo, a faixa etária preferível, ano escolar, endereço residencial. E também sendo aconselhável estudar ou residir próximo da empresa, de forma a facilitar o acesso, bem como necessitar somente de um passe do vale transporte, por deslocamento e em sua grande maioria era solicitado à/ao aprendiz ter conhecimento de informática.

Nesse sentido, deparamo-nos com uma grotesca contradição. Ora, se o programa ofertado seria para a/o adolescente adquirir um(a) aprendizado, a grande maioria das empresas optavam por selecionar aprendizes que já possuíssem determinados conhecimentos sejam eles, de informática ou outras aptidões que favorecessem no posto a ser ocupado.

Depois de realizado o processo seletivo, a empresa conveniada comunicava as assistentes sociais a/o adolescente escolhido(a) e ficava sob responsabilidade do setor de Serviço Social informar a/o selecionado(a). A contratação podia ser realizada em duas modalidades, indireta ou direta. Assim como é descrito no Manual da Aprendizagem (2019, p.22):

A contratação direta é aquela realizada entre o estabelecimento obrigado ao cumprimento da cota e o aprendiz, típica relação de trabalho celetista com contrato especial de aprendizagem. O estabelecimento cumpridor de cota é o empregador do aprendiz e assina sua CTPS<sup>8</sup>.

A segunda forma de contratação é a indireta, quando a entidade de formação profissional assume a condição de empregadora do aprendiz, além de lhe proporcionar a formação teórica prevista no programa de aprendizagem. São autorizadas para essa forma de contratação as entidades sem fins lucrativos e as entidades de prática desportiva que formalizarão previamente contrato ou convênio com o estabelecimento que deve cumprir a cota. Na forma de contratação indireta, a entidade que assume a condição de empregadora deve registrar nos documentos trabalhistas a razão social, o endereço e o número de inscrição no CNPJ<sup>9</sup> do estabelecimento responsável pelo cumprimento da cota.

Na Ides, a empresa indireta conveniada recebe a/o adolescente aprendiz, porém fica a cargo da Instituição a contratação, ou seja, o repasse do salário (meio salário mínimo) e benefícios, responsabilização parte teórica e suporte profissional e

---

<sup>8</sup> CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

<sup>9</sup> CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

pessoal às/aos adolescentes. Já a empresa de contratação direta se encarrega de todos os aspectos burocráticos, direcionando apenas a responsabilidade da aprendizagem, apoio profissional e pessoal para a Ides. O Nuft se se encarga de orientar a/o adolescente sobre as exigências do mercado de trabalho e os requisitos estabelecidos para sua permanência.

Para as contratações indiretas, a Ides efetuava a leitura do contrato de aprendizagem, tal atividade era realizada em sua grande maioria pela estagiária. Além disso a/o adolescente era encaminhado(a) para realizar o exame admissional, estes momentos ocorriam em conjunto com a equipe do setor de recursos humanos (RH) da Instituição.

A admissão, era uma atividade que ocorria seguidamente e era realizada da seguinte forma, inicialmente a estagiária realizava a leitura do contrato de aprendizagem com a/o adolescente e a/o responsável legal, era informado os direitos e deveres e a carga horária que seria realizada a aprendizagem. Em seguida um(a) profissional do setor de RH realizava a leitura de outro contrato, com a informação a respeito do salário e benefícios entre outras questões pertinentes.

Este primeiro contato, momento oportuno para a estagiária em conhecer a/o responsável legal e a/o adolescente/jovem que estava sendo admitido(a). Embora breve, era neste período de diálogo que podíamos inteirar-nos das tensões existentes entre a família da(o) aprendiz. Em alguns casos, era o primeiro e único contato que se obtinha dos responsáveis legais pela(o) adolescente.

O Nuft era financiado pelas empresas que se conveniam, a fim de contratar adolescentes e/ou jovens para realizar a aprendizagem. Os estabelecimentos sejam eles; diretas ou indiretas ao empregar aprendizes eram “obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem” (BRASIL, 2000, p. 02, art. 429). A Ides, compreendida por uma Entidade sem Fins Lucrativo e inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) podia desenvolver cursos de aprendizagem, conforme determinado pela Lei n. 10.097:

Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber: I – Escolas Técnicas de Educação; II – Entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. § 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos

programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados (BRASIL, 2000, p. 02, art. 430).

Cabe salientar que nos dois tipos de contrato, é delegado a Ides o suporte profissional e pessoal das(os) adolescentes e jovens, assim como descrito acima no acompanhamento e desenvolvimento e também comprometendo-se a orientar as/os aprendizes como deveriam realizar o trabalho no dia a dia.

Em relação aos estabelecimentos conveniados, havia empresas privadas, pública e mistas e podendo ser de contratação indireta ou direta. Entre estas, existe as instituições bancárias Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), estas com certas particularidades para a contratação de aprendizes. Entre elas temos: ter 15 anos, estar cursando no mínimo o oitavo ano do Ensino Fundamental e possuir renda per capita familiar máxima de meio salário mínimo nacional. Além disso, as entrevistas com as/os adolescentes eram realizadas com as assistentes sociais do Nuft.

Nessa mesma perspectiva, havia também as empresas do setor de tecnologia (Tecnologia da Informação – TI) que podiam ser tanto de contratação direta como indireta, algumas destas buscava em sua grande maioria aprendiz na faixa etária de 18 a 24 anos.

Conforme previsto no Manual de Aprendizagem (2019, p. 41), a/o adolescente ao ser inserido(a) no programa, precisa concluir o mínimo de 400 horas voltadas à teoria na entidade formadora. Sendo assim, “carga horária teórica deve representar no mínimo 30% e, no máximo, 50% do total de horas do programa de aprendizagem”.

O período de formação no Nuft era dividido em duas etapas: a primeira era a Formação Inicial com a duração de vinte e cinco dias para as/os aprendizes que serão encaminhados para as instituições bancárias, dez dias para os que irão para empresa de TI e trinta dias para as/os aprendizes que irão para as demais empresas conveniadas.

E a segunda denominada de Formação Contínua, ocorria semanalmente, isto é, a/o adolescente realizava a atividade prática na empresa quatro dias por semana e um dia realizava a atividade teórica nas instalações da Ides. Os cursos de aprendizagem eram divididos da seguinte maneira:

- Aprendiz em Serviços Bancários; (turmas separadas para as/os adolescentes inseridos na CEF e outras turmas para os que fossem admitidos para o BB);

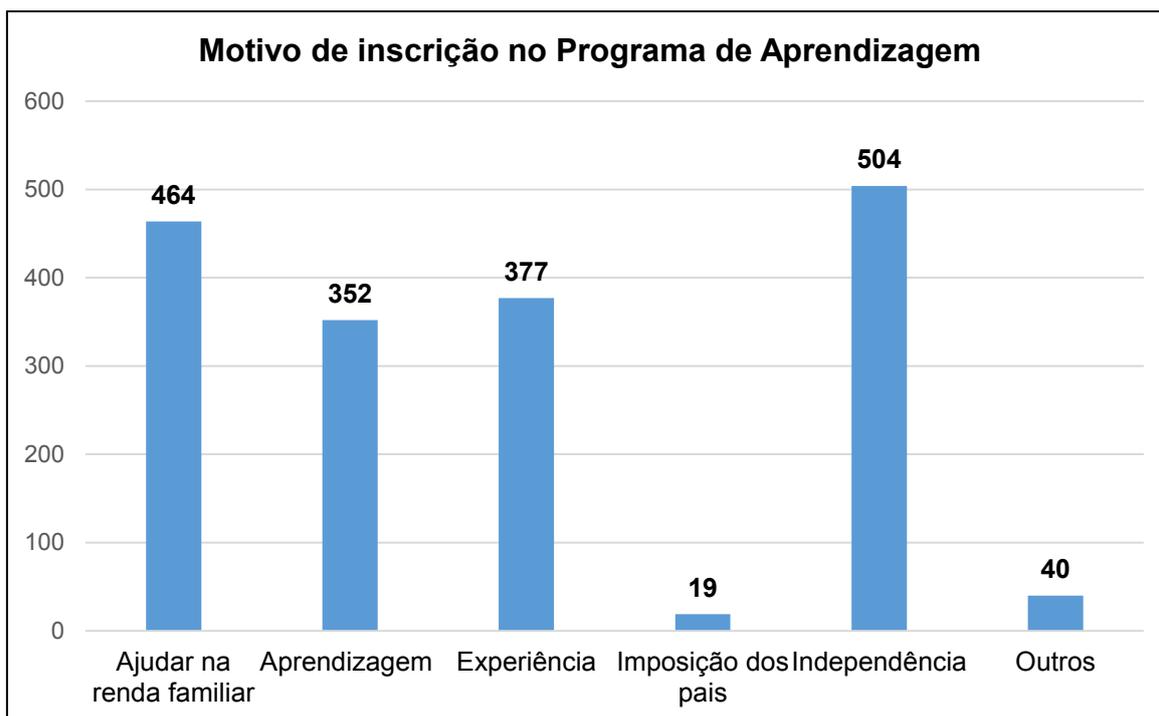
- Aprendiz em Logística;
- Aprendiz em Serviços Administrativos, Financeiros e Comerciais;
- Aprendiz em Tecnologia da Informação.

Os cursos eram ministrados por um(a) educador(a) de sala e capacitaria a/o adolescente com informações gerais e pontuais sobre o mercado de trabalho e determinadas legislações. Vale destacar que, para as empresas privadas havia possibilidade de efetivação às/aos aprendizes após finalização do contrato de aprendizagem. Portanto à/ao adolescente apresentar “boa conduta” durante o período vivenciado na empresa, em seu término era convidado para compor parte do setor como funcionário da empresa conveniada.

No momento em que vivenciada a atividade do estágio obrigatório, o Núcleo atendia aproximadamente duzentos e vinte e dois entre adolescentes e jovens. Apesar de, em sua origem o programa ter sido marcado pela contratação de sujeitos em situação de vulnerabilidade, atualmente há também aqueles que buscam sua primeira experiência profissional, com isso propiciando maior conhecimento. Ainda, temos os que almejam uma independência financeira, ainda dependentes dos pais ou responsáveis, assim como é possível observar no Gráfico 1 – página 16.

Para maior assimilação, foi realizada uma pesquisa na base de dados dos inscritos do Nuft no período de 2016, verificou-se que houve 804 inscrições dentre estes, 49% são do sexo masculino e 51% são do sexo feminino. E dos admitidos, a maioria foi pelas mulheres em um total de 101 em relação aos homens, totalizando 93 contratados. Revelando então que, contrataram aproximadamente 24% dos cadastrados na Instituição. Nesta mesma perspectiva, buscou-se demonstrar através do gráfico abaixo os motivos das/dos adolescentes e jovens realizarem a inscrição no Programa de Aprendizagem:

**Gráfico 1** - Distribuição dos motivos de inscrição no Programa de Aprendizagem



Fonte: Elaboração da autora (2020)

Os dados mostram que, até o ano de 2017 existia mil setecentos e cinquenta e seis inscritos no Programa de Aprendizagem. Número este, de adolescentes e jovens que estavam com o contrato em vigor e os que ainda não conseguiram uma vaga. Os que já encerraram ou não têm mais interesse em concorrer às vagas, não aparecem nesse número.

A partir do exposto, evidencia-se que o maior motivo de inscrição é por independência financeira, seguido pelo motivo de ajudar na renda familiar. Por meio desse gráfico é evidente que, embora não seja o quesito mais importante, a questão financeira é extremamente relevante. De modo geral, nem todos os usuários que procuram o serviço são efetivamente atendidos.

De modo a agregar a discussão, em âmbito nacional o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017) publicou informações referentes ao ano de 2016. Entre às/os adolescentes de 14 e 17 anos ocupados com rendimento era de 78,2%, porém empregados(as) com carteira assinada era apenas 39,7%. Ao analisar a divisão segundo as regiões do Brasil, flagrou-se que, o menor índice em inclusão no mercado de trabalho nessa faixa etária foi no Sudeste com 9,9% contra 16,6% no sul do país.

Observou-se também que na região sul, discordando da estatística da Ides, houve uma busca maior por parte do sexo masculino totalizando 61,1% contra 38,9% do sexo feminino. Ainda, o estudo do IBGE destaca que:

Elas podem estar vinculadas à pobreza, que leva as famílias a ofertarem a mão de obra dos filhos muito cedo; a um sistema educacional deficiente, que torna a escola desinteressante para os alunos e promove elevadas taxas de repetência e evasão; à estrutura da família; à escolaridade dos pais; à incapacidade dos pais de assumir as responsabilidades do domicílio; ao local de residência; ou mesmo ao sistema de valores e tradições da sociedade (IBGE, 2017 p. 8).

Foi possível identificar uma causa similar à que foi exposta na pesquisa sobre as motivações de inserção na Ides, que seria o auxílio na renda familiar. Além disso, deflagrou que existe um número absurdamente alto de adolescentes empregos sem carteira assinada.

### 2.3 A PROBLEMÁTICA DA INSERÇÃO PRECOCE NO MERCADO DE TRABALHO

A questão do trabalho infantojuvenil não é uma particularidade do Brasil. Monteiro (2004) em sua pesquisa sobre a inserção precoce no mercado de trabalho em Portugal, concluiu que as/os adolescentes e jovens que procuram este serviço, são em sua grande maioria:

[...] aqueles que pertencem a famílias em que o chefe possui pouca escolarização, têm um rendimento menor e não possui competências e qualificações profissionais devidamente credenciadas. [...] Aos motivos que conduziram a uma inserção precoce no mercado de trabalho, nomeadamente, ganhar dinheiro suficiente pra ajudar a família, custear as suas próprias despesas, ter independência financeira e continuar a trabalhar, demonstra que estes indivíduos deixaram a realização profissional para segundo plano (MONTEIRO, 2004, P. 84-5).

Do ponto de vista histórico, o trabalho infantojuvenil destaca-se na literatura desde a Revolução Industrial, mas de acordo com Nogueira (1990, p. 25) “em épocas anteriores já se fazia uso da criança, embora sob outras formas”.

Nogueira (1990), no livro “Educação, saber, produção em Marx e Engels” faz um denso estudo sobre como ocorreu historicamente a inserção de crianças e as

condições de trabalho a partir da Primeira Revolução Industrial<sup>10</sup>. A autora nos mostra os absurdos ocorridos em relação à ocupação de crianças no trabalho neste período, tanto pela jornada exorbitante, condições de trabalho precárias, até aos maus tratos ocorridos nessa época.

Cabe salientar brevemente alguns pontos considerados relevantes a partir da leitura de Nogueira (1990). O primeiro a ressaltar, considera-se atrelado a um dos motivos descritos no Gráfico 1 exposto acima, onde:

A utilização do trabalhador infantil é pensada, primeiramente em estreita relação com as estratégias dos fabricantes para diminuir seus gastos em matéria de força de trabalho, uma vez que baixíssimos salários eram pagos às crianças. [...] Além disso, o fato de remunerar o menor permitirá que a classe capitalista force para baixo, por sua vez, o salário do adulto, posto que (sem falar, evidentemente nos efeitos da concorrência da mão-de-obra infantil sobre o preço do mercado da força de trabalho) doravante os outros membros da família contribuem para a renda familiar, ocasionando assim a permanente necessidade dos pais de fazerem trabalhar seus filhos (NOGUEIRA, 1990, p. 26-7).

Outro fator relevante que, levou ao ingresso dos filhos de operários a se tornarem mão de obra nas fábricas, foi a falta de creches e falta de pessoas para o cuidado enquanto os pais realizavam atividade laboral. Foi apenas a partir de 1819, em determinados países, que houve modificações e limitações para a contratação de crianças, entre elas temos: idade mínima de admissão, duração de jornada de trabalho e frequência escola. Neste primeiro momento, limitava-se a idade para os 9 anos e jornada de trabalho de 8 horas, quanto ao trabalho noturno apenas aqueles que fossem maiores de 18 anos. E por fim, quanto a frequência escolar, determinava-se haver mínimo de duas horas diárias (ibidem, 1990).

De lá para cá houve poucas, porém significativas mudanças. No que tange à questão do trabalho infantil, tivemos órgãos internacionais que pautaram discutir esta temática, como a Organização Internacional do Trabalho - OIT<sup>11</sup> e o Fundo das

---

<sup>10</sup>A Primeira Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra ao final do século XVIII e conforme mencionado por Nogueira (1990), período em que houve a introdução da maquinaria e também a inserção de crianças nas fábricas.

<sup>11</sup>A OIT foi criada em 1919, tem como objetivo promover a justiça social. É responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (Convenções e Recomendações). A OIT possui uma representação no Brasil desde a década de 1950. Além da promoção permanente das normas internacionais do trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil se caracteriza pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente, que envolve temas como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas, assim como a promoção do trabalho decente para jovens e migrantes e da igualdade de oportunidades e tratamento, entre outros.

Nações Unidas para a Infância - Unicef<sup>12</sup>. Em território brasileiro, temos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI<sup>13</sup> que foi criado para atender crianças da faixa etária de 5 a 15 anos, repassando uma bolsa para famílias que possuíssem renda *per capita* mensal de cerca de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e que se encontrava em situação de trabalho infantil. Ainda, um dos pré-requisitos é a frequência escolar (CONDE, 2013).

Embora tenha sido criado este Programa, Conde (2013) destaca em seu artigo que, não solucionou o problema do trabalho precoce, uma vez que as crianças nunca deixaram de trabalhar, apenas houve uma diminuição na jornada de trabalho.

O Eca, compreende como criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Em relação ao trabalho, a mesma lei proíbe “qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 1990). Apesar de termos uma lei que preconiza o trabalho infantil e impõe como deve seguir, o site do IBGE divulgou que, em 2016:

[...] 1,8 milhão de crianças de 5 a 17 anos trabalhavam no Brasil, o equivalente a 4,6% do total nessa faixa etária. Por grupos de idade, a proporção (nível de ocupação) mais alta foi observada na faixa de 16 ou 17 anos, com 17% delas (cerca de 1,2 milhões) ocupadas. Para o grupo de 14 ou 15 anos, o nível de ocupação foi de 6,4% (430 mil); de 10 a 13 anos, 1,3% (160 mil) e de 5 a 9 anos, 0,2% (30 mil) [...] A jornada de trabalho é crescente conforme o grupo de idade aumenta, indo de 8 horas, em média, para os menores (de 5 a 9 anos) a 28,4 horas para os maiores (de 16 ou 17 anos) (IBGE, 2017)

Isto mostra como o tema da inserção precoce no mercado de trabalho continua sendo atual e faz parte deste sistema capitalista transformando em “uma das expressões da questão social” (LOURENÇO, 2014, p. 296).

No que tange à questão do trabalho em seu sentido ontológico, concorda-se com Marx (2014) quando diz que:

---

<sup>12</sup>A Unicef se ocupa em garantir direitos a crianças e adolescentes que sem encontram em situação de vulnerabilidade, e com o foco em vítimas de extrema violência.

<sup>13</sup>Segundo site do Governo Federal, o PETI teve início, em 1996, como ação do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Sua cobertura foi, em seguida, ampliada para alcançar progressivamente todo o país num esforço do Estado Brasileiro para implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, atendendo as demandas da sociedade, articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...]. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo [...] a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modifica-la. (MARX, 2014, p. 211)

Dessa forma, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, inerente ao homem. Embora os animais possam executar algumas atividades, eles diferenciam-se do ser humano, pois não possuem a capacidade de construir em sua mente o que se deseja realizar e também não tem a capacidade de utilizar os materiais obtidos na natureza e transformando-a. Vale também destacar que o trabalho no sentido ontológico, sempre existirá, porém na sociedade atual ele passou a ser uma mercadoria para acúmulo de riqueza.

O trabalho na adolescência é um tema que vem ganhando progressivamente espaço na atual sociedade. A investigação deste fenômeno não é uma tarefa fácil, Lourenço (2014) aponta que:

[...] está imbricado com questões estruturais fundadas na divisão social do trabalho e materializadas nas necessidades imediatas objetivas e subjetivas. Portanto, não basta conhecer os dados quantitativos que expõem o problema, é preciso buscar os fatores que levaram à inserção de meninos e meninas ao mercado de trabalho. (LOURENÇO, 2017, p. 300)

Lourenço (2014) problematiza em seu artigo o trabalho precoce nos dias atuais, focando especificamente no trabalho infantil, porém cabe também a temática da adolescência. A autora realizou uma pesquisa na cidade de Franca – SP, local onde possui inúmeras fábricas de sapatos, descreve que as crianças e adolescentes que são inseridas no mercado de trabalho precocemente são em sua grande maioria de classes menos favorecidas.

Ressaltou Lourenço (2014) que, a maioria das crianças e adolescentes inseridas(os) neste meio laboral, é interpretado pela família como algo bom, “haja vista que, em oposição, se estabelece a rua, sempre vista como perigosa à pessoa em formação” (Ibid., p. 310). A solução ilusória é pensar que a introdução em atividade laboral seria como uma forma de prevenção à “marginalidade”.

A autora também aponta que um dos responsáveis pela inserção tão precoce no mercado de trabalho é o Estado, pois há uma ineficácia por parte do Estado ao construir uma Política Nacional de Educação- PNE, para além do sistema escolar

atual” (LOURENÇO, 2014, p.?). referindo-se à falta de investimento em atividades extracurriculares que poderiam ser oportunizados aos filhos da classe trabalhadora e assim, os isentaria do “mundo das drogas e marginalidade”, deixando então a inserção precoce no mercado de trabalho realizar este papel.

Faz-se importante destacar ainda que, crianças e adolescentes ao serem inseridas precocemente no mercado de trabalho deixam de vivenciar momentos extremamente relevantes no processo de desenvolvimento até a maturação da vida. Situado este dilema, concorda-se com Fonseca (2006) ao mencionar que:

O capital investe na produção de uma juventude despossuída e, portanto, em uma classe trabalhadora estruturalmente incapaz como experiência de classe, porque lhes foi expropriada a capacidade de tomar para si a produção de vida e a reprodução com qualidade da espécie, faltam fundamentos para responder às exigências impostas pelo avanço da ciência e da tecnologia nos diferentes espaços e tempos de trabalho. Produzem-se sobras humanas, para o desemprego, o trabalho precário, a informalidade e, no limite, os sobreviventes de algum salário mínimo. Movimentos essenciais para acumulação do capital; apropriar-se da força de trabalho infanto-juvenil, interromper o fluxo vital que agregaria valor à produção da vida retirando a possibilidade de posses e, assim, garantir mais uma forma de reprodução e dominação no modo capitalista de produção; posto isto, sua superação vincula-se estritamente à disputa de hegemonia entre o trabalho e o capital – em síntese à luta de classes (FONSECA, 2006, p. 12-3).

Diante do exposto, percebemos que a inserção precoce laboral, embora a partir do senso comum seja vislumbrada como algo bom e positivo à/ao adolescente a experiência profissional, nada mais é que em sua essência outra forma de exploração deste sistema capitalista. Rouba do tempo que deveria ser vivenciado a infância e adolescência e que poderiam ser oportunizados com estudos. Sê fossem oportunizados estudos a estes(as) adolescentes, ao invés de programas de trabalho, se favoreceria uma melhor empregabilidade no futuro.

Em relação ao trabalho infantojuvenil no estado de Santa Catarina (SC), foi possível verificar a partir do Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil<sup>14</sup> que havia 4,5 mil crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos distribuídas entre os municípios em nível de ocupação. É possível visualizar no mapa abaixo em uma escala do branco (menor nível) até o vermelho (maior nível):

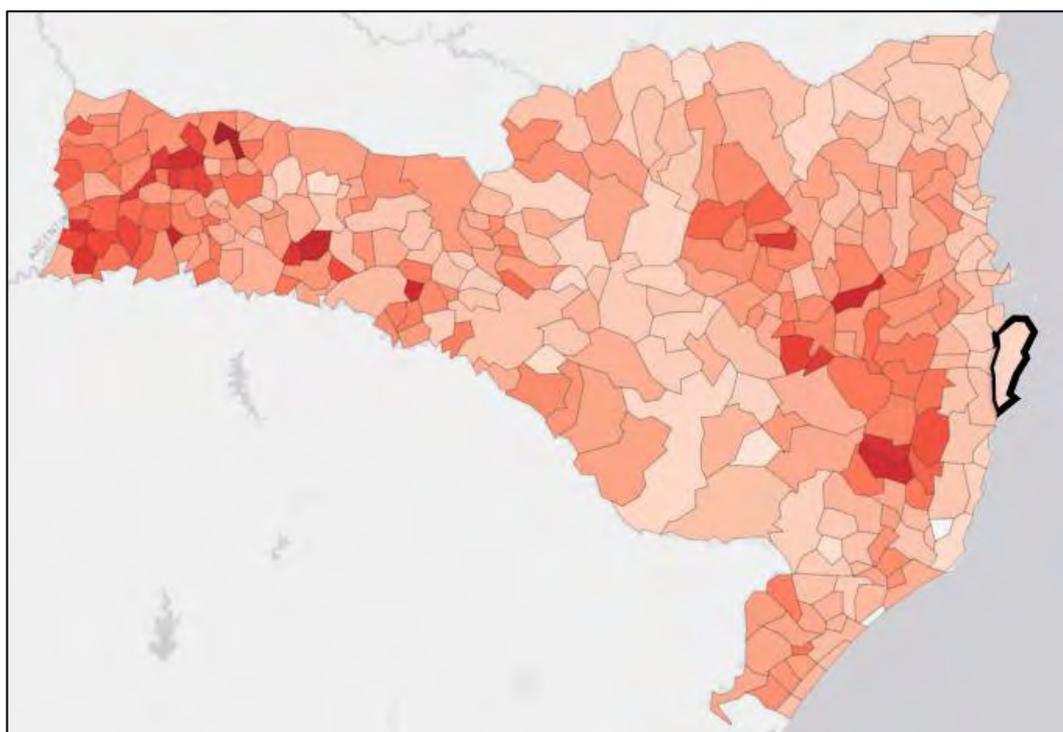
Com base no mapa da Figura 1, é possível destacar que, o município Novo Horizonte foi classificado com 73,8%, o maior nível de ocupação de SC e do Brasil.

---

<sup>14</sup> Informações foram retiradas a partir do censo demográfico de 2010.

Enquanto em Florianópolis, capital do estado teve 9,6% de ocupação. Evidencia-se aqui, uma alta taxa de ocupação de crianças e adolescentes, ao comparar com a capital, e por se tratar de um município da região oeste com uma população total de 2.750 (registro do censo 2010) habitantes e em sua grande maioria situados em área rural.

**Figura 1** - Crianças e adolescentes ocupadas entre 10 e 17 anos no Estado de SC



Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Tratamento e análise: SmartLab (2010)

Por fim importa também destacar que, a Constituição Brasileira informa sobre a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre à/ao adolescente menor de dezoito anos. À exceção na condição em que a/o aprendiz, maior de quatorze anos. Sendo assim, uma parcela dos números citados acima engloba, trabalho proibido e nas piores condições de trabalho infantojuvenil.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL NA IDES E O PROJETO DE INTERVENÇÃO NO ESTÁGIO**

Nesta seção será desenvolvido um sucinto histórico do Serviço Social na Ides para em seguida discorrer sobre as atividades das/os assistentes sociais na Instituição e suas implicações. Conectadas à atuação da profissional, serão apresentadas as atividades de estágio no Nuft e um breve relato do percurso para o desenvolvimento e execução do projeto de intervenção. Sendo assim, tem-se por objetivo refletir as experiências desenvolvidas neste processo prático da formação profissional.

#### **3.1 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA IDES: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA PROFISSÃO**

O serviço social na conjuntura brasileira teve sua origem em meados da década de 1930, por intermédio da Igreja Católica e de cunho conservador. Também o período de implantação da profissão se constitui historicamente com o processo de aprofundamento da industrialização no país. Cabe destacar que, o serviço social nasce e se mantém como mediação do conflito de interesse das duas classes constitutivas do capitalismo, ou seja, de um lado a classe da massa dos trabalhadores e de outro a classe dos proprietários dos meios de produção. E como objeto da profissão os assistentes sociais atuam nas manifestações da “questão social” (IAMAMOTO, 2015).

Para Ianni (1989) a questão social está presente desde o período da escravatura. Entretanto, a partir da abolição da escravidão e com a entrada do regime de trabalho livre, ela se revigora e se torna essencial até os dias atuais. Nesta sociedade ela se fortalece, por meio da exploração do trabalhador a fim de prosperar o capital.

Na Ides, o serviço social está presente desde 1961, e na Promenor desde a sua fundação. A primeira assistente social a atuar na Instituição foi cedida pela Secretaria de Serviços Sociais do Estado, o intuito era de proporcionar ocupação à/ao adolescente atendido pela instituição a fim de evitar a sua “marginalização”.

Cabe ressaltar que, a atuação da assistente social nos primeiros anos da instituição concentrava-se em determinadas atividades, sendo elas: visitas domiciliares, preenchimento de questionário para estudo socioeconômico das famílias e também apresentação de um parecer (BRICK, 2010).

Neste período eram utilizadas as abordagens de Serviço Social de Caso e o de Grupo. Faleiros (1985) explica que, a primeira vertente traz a culpabilização ao próprio indivíduo ao responsabilizar por estar na situação de pobreza. Reconhece também esta perspectiva ao basear-se apenas nos dados imediatos sem ultrapassar o nível da observação.

Neste sentido, percebe-se algo que é muito enfatizado na historicidade do Serviço Social, isto é, a intervenção profissional com o objetivo eminentemente em ajustar os/as desajustados/as, a fim de cooperar para a manutenção da ordem social e solucionar os problemas que fossem apresentados às/aos assistentes sociais.

No que tange a Promenor, Brick (2010) informa que ao final dos anos 1970 a instituição já contava em seu quadro técnico com uma assistente social e a ela era demandada a responsabilidade de coordenar todas as atividades ofertadas. Inclusive, foi nesta década que a instituição firmou a parceria com o curso de Serviço Social da UFSC para a contratação de estudantes a fim de cumprir o estágio curricular obrigatório.

Cabe mencionar que as duas décadas em que nascia e se desenvolvia a instituição, o Brasil passava por uma ditadura militar (1964 - 1985). Ainda assim, foi um período marcante e bastante significativo para a categoria profissional pois, vivenciou-se movimentos que fizeram repensar a prática profissional. Entre estes acontecimentos, temos a influência do Movimento de Reconceituação, isto é, momento em que a profissão passa por uma renovação, com a apropriação de produção de um conhecimento crítico da realidade social. Como um marco histórico desse movimento, houve o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979, conhecido como o “Congresso da Virada” que foi:

[...] um divisor de águas na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão, dado pelo debate político travado e pelas posições públicas assumidas coletivamente pela categoria na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e por se reconhecer, em sua condição de assalariamento, como parte da classe trabalhadora (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 731).

É fundamental trazer à luz estes marcos históricos do serviço social, pois foi neste contexto, entre outros acontecimentos, que se ocasionou a ruptura<sup>15</sup> da

---

<sup>15</sup> Cabe salientar que José Paulo Netto, denomina este momento como “intensão de ruptura”

profissão com o conservadorismo e a categoria de assistentes sociais passou a se reconhecer como classe trabalhadora assalariada, e que impulsionou anos seguintes a construção do projeto ético-político profissional.

No que se refere a Ides, Führ (2009) destaca que, o Serviço Social passou por inúmeras transformações no decorrer dos anos seguintes; além de contar com assistentes sociais no atendimento direto às/aos adolescentes, estas(es) profissionais passaram também a assumir a coordenação de Núcleos, e com isto, conquistando alguma autonomia para direcionar as ações.

No período em que realizava a atividade do estágio, cada núcleo da Instituição possuía seu setor de Serviço Social separadamente, e sendo estes setores interdisciplinares. No Nuft, o setor de Serviço Social era composto por duas assistentes sociais que desempenham suas atividades de acordo com o período estipulado pela Lei Federal nº 12.317/2010, que é de (30) trinta horas semanais, em turnos alternados. Contava também com duas educadoras sociais que trabalham em jornada de 40 horas semanais, entre elas uma formada em Serviço Social e a outra graduada em Psicologia. E finalmente, duas estagiárias de Serviço Social que atuavam em jornada de quatro horas, também em turnos alternados.

### 3.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NUFT

As assistentes sociais são as profissionais com o contato mais próximo que se tem com as empresas conveniadas, quando se refere às admissões e outras questões relacionadas às/aos aprendizes. Muitas vezes as demandas que são trazidas pela empresa, são a partir de e-mails encaminhados para as assistentes sociais ou por telefonemas realizados pelos(as) orientadores(as)<sup>16</sup> e estas podem vir, seja pela quantidade de faltas injustificadas na empresa ou por reclamações de orientadores ou funcionários da empresa queixando-se de posturas das(os) aprendizes referentes ao trabalho que se deve desenvolver.

Quando as demandas são encaminhadas para o serviço social, as profissionais avaliam o “caso” de cada adolescente e analisa a necessidade de realizar um

---

<sup>16</sup>O(a) orientador(a) é o(a) funcionário(a) da empresa conveniada com a Ides que, ficará responsável pelo(a) adolescente aprendiz na empresa, ou seja, irá recepcioná-lo, orientará com as atividades diárias e caminhará com o adolescente por todo o período da aprendizagem. E para qualquer intercorrência comunicará a Ides.

atendimento individual com determinado(a) aprendiz ou se precisará contatar a/o responsável legal.

De acordo com o registro desenvolvido no período de estágio, foi possível perceber que, é por meio de inúmeros atendimentos com o/a aprendiz e a/o responsável legal, que surgem questões que até então não eram percebidas, como por exemplo; situação na qual a/o aprendiz acumulou várias faltas injustificadas, e quando foi chamada para conversar sobre essas faltas a/o aprendiz relatou questões particulares sobre a situação da mãe, que é dependente química e como isso tem afetado efetivamente a vida da(o) aprendiz.

Posto isso, foi possível perceber que a realidade não nos mostra o que está na essência e sim, apenas a aparência. À vista disso, se faz necessário desvendar o que está por trás da realidade exposta, pois nesses momentos podemos desvendar os reais motivos da inserção precoce no mercado de trabalho. Assim como descrito por Fávero (2009, p. 164), cabe ao profissional “o desvelamento do imediato”.

Assim é possível compreender que, não há como atuar nas situações que se apresentam de forma isolada apenas como parâmetro o que está aparente, e este desvelamento deve ser realizado a partir de uma análise. Nesta perspectiva, concorda-se com Faleiros (1981) quando menciona que:

O plano da análise constrói-se na relação com a realidade, mas não se confunde com ela. [...] O ponto de partida da análise é um resultado objetivo, a partir do qual se tenta entender o processo que o gerou, vinculado a realidade particular ou processo, ao aspecto geral, buscando-se, por meio do abstrato, ou das abstrações, a compreensão das múltiplas determinações do concreto. (FALEIROS, 1981, p. 69).

Propõem-se a atuação profissional pensada em compreender a realidade em suas abstrações e não apenas o imediatismo. Assim sendo, os “planos de análise permitem ir distinguindo e compreendendo a própria realidade” (ibid., p. 71), contrapondo-se ao Serviço Social de Casos e Grupos.

No que tange as atividades exercidas pelas assistentes sociais destaca-se ainda, a etapa da admissão das(os) adolescentes e jovens que foram selecionados(as) para assumirem uma vaga de aprendizagem. Como já citado anteriormente, esta atividade é vista como uma das situações propícias ao surgimento de novas demandas.

Outra prática incorporada ao setor de serviço social, são as avaliações nas empresas, eram conduzidas pelas educadoras sociais e contava com os(as) aprendizes e orientadores(as) como participantes. Era previsto ocorrer no mínimo uma avaliação no decorrer do período em que a/o adolescente estava inserido no Programa de Aprendizagem e aconteciam somente no espaço físico da empresa.

As avaliações eram direcionadas por uma entrevista em que a educadora social realizava, com o intuito de acompanhar o desempenho da(o) adolescente, bem como dialogar com o(a) orientador(a) quanto ao seu papel, elucidando dúvidas sobre as especificidades da aprendizagem. Depois de realizada esta atividade, era feito um relatório geral para cada empresa e se necessário disponibilizado ao estabelecimento conveniado.

A partir da participação desta atividade juntamente com as educadoras sociais, foi possível perceber que eram riquíssimos momentos para obter maior aproximação com a(o) aprendiz, conhecer a estrutura física da empresa, alguns(as) funcionários(as) e as dificuldades cotidianas encontradas por adolescentes e/ou jovens durante este processo. Não há dúvida que esta intervenção se tornara propícia para a assistente social conhecer o dia a dia do(a) usuário(a), no entanto era desenvolvida por outras profissionais.

Tendo em vista disso, problematizou-se tal atividade, uma vez que, entendia ser uma demanda que deveria ser executada pela assistente social, para assim obter maior apreensão dos(as) usuários(as) do serviço prestado pelo Nuft.

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, o/a profissional de serviço social, enquanto categoria possui determinadas competências específicas. Seguem algumas das funções que competem aos profissionais e podem ser percebidas pelas assistentes sociais do Nuft:

- III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (BRASIL, 1993, Art. 4º).

De igual forma são destacadas as atribuições privativas do/a assistente social segundo a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, abaixo encontram-se algumas dessas atribuições que competem aos/às profissionais e que também podem ser percebidas pelas assistentes sociais do Nuft:

II – Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;  
IV – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;  
VI – Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social (BRASIL, 1993, Art. 5º).

Além das atividades citadas acima, é pertinente sinalizar para maior assimilação, as seguintes funções exercidas pelo(a) profissional de serviço social descritas no Regimento Interno do Nuft:

- Selecionar adolescentes para os processos seletivos nas empresas conveniadas;
- Definir substituições de adolescentes aprendizes nas empresas conveniadas;
- Organizar e acompanhar o processo de admissão dos adolescentes aprendizes,
- Organizar e acompanhar o processo de desligamento dos adolescentes aprendizes;
- Organizar e acompanhar o período de avaliação de desempenho dos adolescentes aprendizes nas empresas conveniadas;
- Planejar, executar e avaliar os treinamentos admissionais com os adolescentes inscritos que aguardam uma vaga de trabalho;
- Supervisionar e acompanhar o desempenho das estagiárias de Serviço Social;
- Estabelecer contato com adolescentes e familiares;
- Realizar atendimentos individualizados e familiares;
- Planejar, executar e avaliar encontros com os familiares dos adolescentes aprendizes em conjunto com a Pedagogia e a Psicologia;
- Planejar, executar e avaliar encontros com os orientadores dos adolescentes aprendizes nas empresas, em conjunto com a Psicologia;
- Participar das reuniões técnicas e da equipe de trabalho do núcleo;
- Participar dos eventos do núcleo;
- Manter alimentado o sistema de informações institucionais;
- Manter a Coordenação informada sobre os procedimentos técnicos;
- Zelar pela conservação dos espaços, materiais e equipamentos disponíveis na instituição;
- Contribuir com as atividades dos demais integrantes do núcleo;
- Manter atitude ética e de respeito;
- Seguir normas institucionais conforme Regulamento Interno (IDES, 2014, Art. 8º)

A partir do exposto e pela reflexão da prática profissional no decorrer do estágio, percebeu-se que as assistentes sociais são sobrecarregadas de atividades rotineiras, demandas imediatas, muitas vezes burocráticas, fixadas neste ciclo e com uma sobrecarga de trabalho permanecem sem tempo para problematizar e discutir o fazer profissional. Além disso, foi possível notar que, em inúmeras vezes as

profissionais de Serviço Social são acionadas apenas para dar respostas os problemas imediatos.

O estágio obrigatório, suscitou o seguinte questionamento, objeto desta investigação: qual o real papel do assistente social em instituições que possui o programa de aprendizagem, há necessidade de tal profissional? Para que se possa apreender sobre a atuação da/o profissional neste espaço sócio-ocupacional se faz necessário também compreender a sua inserção no chamado terceiro setor.

Conforme já descrito anteriormente, o terceiro setor se evidencia no Brasil em um período marcado por uma reestruturação em que se introduz o chamado neoliberalismo e passam por profundas mudanças que afetam principalmente as políticas sociais. Nisso, passa grande parte da responsabilidade do Estado às entidades não governamentais (ANDRADE, 2012). Considerando que, a/o assistente social atua nas expressões da questão social, essa, é a matéria prima do seu trabalho e, o terceiro setor surge para abarcar parte das demandas sociais. Se consagra então, como um novo campo de trabalho para esta categoria profissional.

De acordo com o Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, a/o assistente social tem um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, buscando a emancipação humana<sup>17</sup>. Entretanto, no decorrer do estágio, a percepção que se tinha era que, em determinados momentos a ação da profissional de Serviço Social voltava-se apenas para atender as demandas das empresas conveniadas, em detrimento dos interesses e demandas das/os aprendizes inseridos no Nuft.

Em contrapartida, cabe a profissional priorizar demandas das empresas, de quem depende o Nuft, já que sua maior verba para pagar os funcionários e demais despesas é proveniente dos convênios com os estabelecimentos que contratam o serviço da aprendizagem profissional.

Portanto, como expõe Iamamoto (2015), encontramos aqui um terreno denso de tensões entre as demandas institucionais e o projeto profissional do Serviço Social, uma vez que a/o assistente social também é um trabalhador assalariado e suas ações são submetidas ao poder dos empregadores, diante disso são socialmente forçados a se subordinar. É justamente neste local de:

---

<sup>17</sup> Cardoso (2016, p. 444), ao discorrer sobre a historicidade do serviço social, a ruptura com o conservadorismo na perspectiva emancipatória. Descreve em seu texto que a “A partir da tradição marxista, emancipação humana é compreendida como a possibilidade da inteireza humana, da objetivação de suas potencialidades enquanto gênero humano: a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade

[...] contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução das suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (IAMAMOTO, 2015, p. 219)

Nessa perspectiva, percebe-se que no Nuft é possível apresentar sugestões de implementação de novas atividades ou execução de novos projetos. Entretanto, há certos limites desta autonomia às profissionais, pois é preciso ter cuidado para tais modificações não refletirem nos convênios com as empresas contratantes. Ao refletir sobre isso, pontua-se um aspecto relevante: a autonomia das assistentes sociais tem seus limites, já que está inserido no âmbito institucional, e este se constitui para manter a lógica do capital. Com isto, cabe salientar o que expõe Iamamoto (2009) quando referir-se que:

[...] o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional. Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se (IAMAMOTO, 2009, p. 8-9).

Percebe-se aqui um grande desafio posto à/ao assistente social, ao se colocar na condição de trabalhador assalariado, a relativa autonomia ao exercício profissional é condicionada e exigindo dar respostas a instituição empregadora.

Por fim, cabe mencionar que em relação às funções das assistentes sociais, existia a articulação com outras redes de serviços do município de Florianópolis e algumas cidades vizinhas, como Palhoça, Governador Celso Ramos e São José. O serviço da rede socioassistencial mais procurada é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), havia também a interlocução com o Centro de Referência

Especializado de Assistência Social (CREAS), com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos<sup>18</sup> (PAEFI), Conselho Tutelar, escolas, postos de saúde, e outras instituições.

O pretexto da articulação com as escolas, era para efetuar consultas sobre situação de adolescentes em atendimento. O contato com outras instituições, acontecia com o intuito de possível encaminhamento de adolescentes e/ou jovens para o mercado de trabalho, ou até para verificar atendimento de alguma família de aprendiz, junto a estas instituições.

### 3.3 O SERVIÇO SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional. É nesse momento que é possibilitado à/ao estudante conhecer um dos espaços sócio-ocupacionais, seus instrumentais e ter uma maior aproximação tanto com a categoria de serviço social quanto com as/os usuários que buscam determinado programa/projeto e/ou serviços. Além disso:

[...] ele pode colocar em prática as competências previstas para sua atuação, norteadas pelo saber teórico adquirido no curso, que também lhe permitirá entender a instituição, a que ela se propõe, como se movimenta, quais as teias de relações que tece (LEWGOY, 2010, p. 163).

Para este período da formação, se faz necessário a supervisão no estágio, isto é, para conhecimento da realidade profissional. Para Lewgoy (2010, p. 125), é por meio da supervisão que é permitido(a) à/ao “estagiário experimentar e analisar criticamente o exercício dos processos de trabalho do assistente social, em todas as suas fases e dimensões investigativa, propositiva e interventiva”. De igual forma, imprescindível a supervisão acadêmica, pois esta norteará o estudante com orientações no campo da teoria e com a direção social.

Diz a autora que, a supervisão acadêmica tem como finalidade de apreender “com os alunos a realidade profissional nos campos de estágio, reconhecer os limites

---

<sup>18</sup>O PAEFI é um Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. De acordo com o site da Prefeitura de Florianópolis é possível verificar que este serviço tem como objetivo o acompanhamento psicossocial a famílias e indivíduos de forma sistemática visando a promoção de direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares, buscando o rompimento das situações de violações de direitos

e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da questão social” (ibidem, 2010, p. 121).

Conforme já mencionado anteriormente, o Nuft não foi a primeira opção de instituição em que se buscou para realizar o período de estágio obrigatório. Havia outros locais de interesse à estudante, porém, um dos pontos importantes para se eleger este espaço sócio-ocupacional como campo de estágio prioritário foi a possibilidade de obtenção da bolsa-estágio. Este local disponibilizava uma bolsa à/ao estudante de 500,00 (quinhentos reais) mensais, além disso contava com o vale transporte e alimentação no local. Embora seja uma quantia pequena fez uma grande diferença para a permanência nos três semestres de estágio obrigatório.

Na busca pelo estágio coube observar a dificuldade e o desafio das/dos estudantes do curso de serviço social em manter-se financeiramente, uma vez que, a grande maioria dos estágios obrigatórios eram “voluntários” e grande parte das/dos estudantes exerciam atividade remunerada para sua sobrevivência.

O processo do estágio obrigatório foi realizado no período matutino, das 08 horas até às 12 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 horas semanais. Durante estes três semestres o estágio foi supervisionado pelas duas assistentes sociais contratadas pela instituição para exercer atividade no Nuft.

O primeiro semestre do estágio foi voltado para a identificação da Ides, como já destacado anteriormente, foi preciso realizar a leitura de alguns TCCs, de documentos internos e entrevistas com profissionais de vários setores. Ainda, foi realizado um diário de campo, onde eram destacadas: atividades diárias, reflexões e problematizações das ações desenvolvidas. Este último registro se constitui como um dos documentos imprescindíveis no processo do estágio, além de fazer parte do instrumental do serviço social, Lima, Mito, Dal Prá (2007) afirmam que:

É um documento que apresenta tanto um “caráter descritivo-analítico”, como também um caráter “investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas”, ou seja, consiste em “uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento profissional e do agir através de registros quantitativos e qualitativos”. (LIMA; MIOTO; DAL PRÁ, 2007, p. 95-6)

Por meio do diário de campo, repleto de reflexões que permitiram problematizar as ações realizadas pela estagiária e profissionais de serviço social, foi possível observar questões como: a sobrecarga de trabalho das assistentes sociais e

resultando na falta de tempo hábil para o planejamento das ações do serviço social, fomentando resolver somente os problemas imediatos e as demandas institucionais de rotina.

Após o levantamento dos escritos nos diários de campo, percebeu-se também que se problematizava demasiadamente a prática da assistente social em voltar-se apenas para demandas burocráticas do cotidiano. No entanto, foi possível perceber pelos registros, que parte do período do estágio também foi voltado para atividades meramente burocráticas, reproduzindo de certa forma, o que já ocorria no serviço social na Instituição.

Nesse sentido, cabe mencionar as atividades realizadas pela autora no período do estágio supervisionado: acompanhamentos em atendimentos individuais, coletivos e familiares, execução de inscrições de adolescentes e jovens na instituição que buscam inserção no programa de aprendizagem, contato telefônico com as/os adolescentes e /ou jovens para convidar a participar de entrevistas em empresas conveniadas, bem como para o agendamento de admissões, participação das reuniões mensais do Nuft, cadastro de folhas ponto e atestado de frequência no sistema eletrônico e participação em projeto realizado pelo núcleo que desenvolve encontros semanais com adolescentes que ainda não conseguiram uma vaga de aprendiz e acompanhamento em visitas institucionais com assistente social e educadoras sociais.

Ao adentrar no segundo semestre do estágio supervisionado, foi oportunizado a participação em assembleia do Fórum de Políticas Públicas da cidade de Florianópolis (FPPF). Para maior assimilação cabe ressaltar que:

[...] o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), instância de articulação, organização, mobilização e fortalecimento da sociedade civil organizada de Florianópolis. O FPPF foi criado no ano de 2006, a partir da mobilização de OSCs que atuavam junto às políticas públicas de garantia de direitos da criança e do adolescente, da assistência social e da educação [...] é considerado uma instância legítima de articulação, organização, fortalecimento e mobilização da sociedade civil composto por cerca de sessenta representantes de organizações da sociedade civil que atuam com políticas públicas no município. Articula-se com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e suas Secretarias, Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Conselhos de Defesa de Direitos e Políticas Públicas, entre outros, com vistas a buscar soluções para os problemas públicos identificados e discutidos em suas assembleias. (MENDONÇA, 2019, p. 25)

Os encontros do FPPF acontecem mensalmente no auditório do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina (CIEE/SC) no período matutino. Por meio da participação desta assembleia, possibilitou ainda que breve, conhecer a realidade que estavam vivenciando as entidades do terceiro setor no município, ou seja, pelo não recebimento de verbas que deveriam ser destinadas pela prefeitura via Secretaria de Assistência Social. Assim, podendo acarretar no fechamento de algumas instituições ou em demissões de parte dos(as) funcionários(as).

Diante disso, problematiza-se a atuação dessas entidades, no quadro atual em que a responsabilidade na intervenção social que deveria ser do Estado. O poder público no contexto neoliberal justifica-se estar vivenciando uma crise e assim transfere suas responsabilidades para o chamado terceiro setor. Este, conforme já citado, orienta-se somente para ações focalizadas além de depender do financiamento do Estado para suas atividades. Nesta lógica, é possível destacar o diálogo de Milton Santos em seu documentário: “O mundo global visto do lado de cá”:

[...] as entidades do terceiro setor não são abarcativas, não podem cuidar do conjunto das pessoas que precisam de cuidados, com isso acabam obrigadas a cuidar melhor de certos setores e não de todos os setores. Enquanto que o Estado através do exercício da Política, a tendência dele é cuidar de todos os setores e é essa provisão democrática que o terceiro setor não pode, pela sua própria definição de cuidar, pois tem as suas limitações. Então o Estado se torna cada vez mais indispensável (SANTOS, 2007).

A participação na assembleia do FPPF possibilitou internalizar as problemáticas vivenciadas por essas entidades do terceiro setor, afetando principalmente a população atendida e grande parte dos(as) funcionários(as) contratados(as).

De modo a agregar à reflexão das ações do contexto do campo de estágio, fez-se necessário a leitura de determinados textos que discutissem sobre a categoria trabalho e relacioná-los à temática do trabalho na adolescência. E no cotidiano, foi possível agregar aos diálogos ocorridos na supervisão realizada pela assistente social do Nuft e a estagiária. A partir disso, concorda-se com Guerra e Braga (2009) ao afirmarem que:

A supervisão é expressão da unidade entre teoria e prática. Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações

sucessivas e a construção de saberes. A supervisão comporta a diversidade, ou seja, constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. Trata-se de um processo dialético, que incorpora um conjunto de atividades e procedimentos, que mantém uma certa continuidade e que apresenta certa unidade, organicidade, exigindo particulares modos de fazer, metodologias e procedimentos adequados, ainda que não definidos a priori, mas a partir de reflexões e problematizações, os quais dependem da clareza acerca dos objetivos, da convicção nos valores e princípios e da escolha e utilização de um conjunto de estratégias e instrumentos adequados. (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 3).

Nesse sentido, percebe-se a importância do estágio supervisionado, por meio dos momentos de reflexão das atividades realizadas e o movimento da realidade que precisa ser internalizado para sua completa apreensão. Além disso, aconteceu determinadas supervisões em que houve diálogos abordados sobre a instituição, suas correlações de forças, a dificuldade de atuação em uma organização do terceiro setor, desafios para articulação com a rede socioassistencial entre outros. Enfim, foram momentos que contribuíram para o processo de formação.

#### 3.4 O PROJETO DE INTERVENÇÃO: DA ELABORAÇÃO À EXECUÇÃO.

Como parte final da avaliação do estágio obrigatório, é proposto à/ao estudante a construção de um projeto de intervenção, a partir das observações e apreensões realizadas no decorrer do período prático. No texto publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), informa que um projeto de intervenção, do ponto de vista conceitual:

[...] constitui uma organização sistemática das ações técnico-profissional e ético-políticas em resposta às expressões da questão social com as quais se defronta o assistente social no exercício da profissão. Mas essas respostas têm que ser nutridas por conhecimentos teóricos e sócio-históricos obtidos mediante investigação – que por sua vez, perpassa a própria intervenção (CFESS, 2001, p. 47).

O projeto de intervenção, não foi uma tarefa fácil de se desenvolver, visto que não é apenas um mero trabalho para findar a atividade do estágio. Para sua elaboração, foi necessário, realizar investigações com os(as) usuários(as) do Nuft, para propor algo criativo que permitisse por meio da atividade desenvolvida um

resultado satisfatório, tanto para as profissionais de serviço social quanto para o processo formativo da estagiária.

No percurso da investigação, foi necessário realizar reuniões com a supervisora de campo, com a supervisora acadêmica e com ambas em conjunto. Para tal construção, foi necessário realizar inúmeras reflexões sobre a atuação do profissional de serviço social, sobre a organização das atividades do Núcleo e também os usuários que buscam os serviços da instituição.

De antemão, foi proposto elaborar uma ação voltada às/aos orientadores(as) das empresas conveniadas, justamente por perceber a necessidade de compressão e apreensão por parte desses sujeitos de quem são às/os adolescentes e jovens que se inserem tão precocemente no mercado de trabalho. A ação seria realizada através de visitas institucionais denominadas de Capacitação Para Orientadores(as). No entanto, percebeu-se a inviabilidade de realização, uma vez que, demandaria tempo da estagiária e da assistente social em se locomover até as empresas como também de disponibilidade dos(as) funcionários(as).

No segundo semestre do estágio curricular, foi realizado intervenções em sala nas turmas de formações contínuas, com o intuito de dialogar sobre a propostas e possíveis execuções. Estes momentos propiciaram a estagiária uma relação direta com as/os aprendizes do núcleo e assim, possibilitando a orientação e execução de um projeto centrado nesses sujeitos. Esta atividade ocorreu através de perguntas, com o objetivo de sondar sobre os reais motivos de inscrição no Programa de Aprendizagem.

Em um primeiro momento, ao realizar o questionamento sobre as motivações em se inscreverem no programa a maioria respondeu ser pela aprendizagem. Entretanto, ao propor-lhes pensar o seguinte: “Se desfrutassem de condições financeiras para comprar o que desejarium, ainda assim buscarium a inserção no mercado de trabalho com esta idade? A grande maioria das(os) aprendizes questionados relataram que, nessas circunstâncias não entrariam no mundo do trabalho tão precocemente.

Nesse sentido, faz-se necessário desmistificar a inserção no mercado de trabalho por aprendizagem e perceber para além da realidade que está posta. Com isso, se concorda com Rizzo e Chamon (2010 p. 409), ao enfatizar que:

O significado do trabalho para um adolescente reveste-se de características particulares. Considere um indivíduo em formação, que ainda não tem uma profissão estabelecida, mas precisa do salário que ganha para se manter e, muitas vezes, manter a família. Um indivíduo que ainda não tem experiência profissional, não tem os estudos concluídos e muito menos a personalidade formada. (RIZZO; CHAMON, 2010, p. 409).

Além disso, um estudo realizado pelo Dieese (2001, p. 181) no Brasil, mostrou que as “crianças e adolescentes que trabalham o fazem, em geral, em troca de rendimentos muito baixos”. O estudo ainda destaca que:

A causa mais evidente para o trabalho de crianças e jovens adolescentes é, sem dúvida a pobreza. Mais do que o desemprego, na grande maioria dos casos estudados, é a renda familiar muito baixa, resultado na maior parte das vezes de uma remuneração insuficiente dos pais, que leva os menores de 16 anos ao trabalho (DIEESE, 2001, p.189).

A partir da intervenção e da literatura apresentada, observa-se que realmente existe um recorte de classe de quem são os(as) usuários(as) que procuram esse serviço. Isto é, são os(as) filhos(as) das famílias pobres, pois os(as) filhos(as) das famílias ricas não necessitam inserir tão precocemente no mercado de trabalho, para eles existe segurança e escolarização (DIEESE, 2001).

No percurso das atividades realizadas pela estagiária, avaliou-se a necessidade em elaborar algo que estivesse voltado aos/às usuários(as) que frequentam o Nuft. Em razão de perceber que, o serviço social no âmbito sócio-ocupacional vinha priorizando demandas institucionais e atendimento às solicitações das empresas conveniadas, deixando às/aos aprendizes, a quem foi constituído o programa, em segundo plano.

Foi então que, planejou-se realizar uma atividade voltada às/aos aprendizes juntamente com a equipe técnica do Núcleo, ou seja, as assistentes sociais e psicóloga. O projeto de intervenção foi nomeado por “Papo Aberto, Juventude: diálogo com o serviço social e psicologia”.

Através desta ação, buscou-se propiciar às/aos aprendizes um maior reconhecimento dos serviços prestados pela equipe de serviço social e psicologia. As intervenções ocorreriam a partir de rodas de conversa com cada turma da Formação Contínua e, elas eram separadas de forma que havia seis no período matutino e oito no período vespertino.

Outro grande desafio foi a definição do grupo que seria abordado, uma vez que, não haveria tempo hábil para realizar com todos as/os aprendizes. Para isto, tornou-

se necessário uma reunião junto à equipe do Nuft para decidir com quais turmas aplicaria o projeto de intervenção. Em conversa com as/os profissionais, foi identificado quatro turmas do período matutino e quatro do período vespertino para realização das rodas de conversa. Esta decisão pautou-se a partir de uma breve análise das turmas que mais havia intercorrências indisciplinadas<sup>19</sup> tanto na instituição quanto na empresa.

Ao decidir as turmas que passariam pela intervenção, pensou-se em realizar uma segunda ação com as turmas, com o propósito de explicar sobre o projeto de intervenção, as rodas de conversas e executar um questionário (Apêndice A) para dar a oportunidade às/aos aprendizes em escolher o tema que desejariam abordar nas rodas de conversa.

No período em que vivenciava o estágio, havia 228 adolescentes e jovens aprendizes, conforme acordado em reunião com da equipe do Nuft, e escolhidas apenas oito turmas, aplicou-se o questionário somente com seis turmas, totalizando 88 aprendizes, portanto dos 100% previstos, realizou-se somente com 39% dos usuários.

Feita esta segunda ação com as/os aprendizes, compilou-se o material (Apêndice B) desta atividade e temos algumas questões a evidenciar. Tivemos inúmeras respostas para as questões 04 e 05, que seriam: 04) O que você entende como funções do psicólogo? E no Nuft, você entende o que seria o papel desse profissional? 05) O que você entende como funções do assistente social? E no Nuft, você entende o que seria o papel desse profissional?

Nota-se que, de 88 aprendizes que responderam ao questionário, obtivemos 41 respostas não saber quais as funções da assistente social e 26 comentaram não saber quais as funções da psicóloga. De forma a agregar o exposto, cabe ressaltar algumas das falas das/os aprendizes em relação a compreensão sobre o papel da profissional de serviço social e o papel desta profissional no Nuft (demais respostas podem ser visualizadas no APÊNDICE B):

### **Tabela 1- Súmula das principais ideias dos entrevistados frente à questão do**

---

<sup>19</sup>As intercorrências indisciplinadas podem ser mencionadas como: excesso de faltas (na instituição como na empresa), queixas reportadas pelos funcionários à assistente social dos aprendizes no ambiente da empresa ou também queixas feitas pelos educadores de sala dos aprendizes. Entre outras.

## papel do assistente social

Questão	Entrevistado A	Entrevistado B	Entrevistado C
<b>O que você entende como função do assistente social? E no Nuft, você entende o que seria o papel deste profissional?</b>	“Eu acho que os assistentes sociais tendem a cuidar dos direitos dos jovens para obter uma vida social tranquila”	“Eu entendo que seja um profissional parecido com o psicólogo, onde procura ajudar as pessoas com os problemas na família. No NUFT, deve ser quem ajuda com pais que são um pouco ausentes na vida dos filhos. E como o NUFT trabalha com adolescentes o assistente social serve para ajudá-los”	“É quando você desrespeita no lugar de trabalho e te chamam para conversar com o assistente social”

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Vimos a partir do exposto acima que, não há uma compreensão do papel das assistentes sociais por parte dos(as) usuários(as) que frequentam o programa o que impacta principalmente no processo interventivo das profissionais. A percepção é que, neste ambiente institucional a atuação da/o assistente social, assim como menciona Yazbek (2009, p.15) tem “um caráter de enquadramento disciplinador” voltado para ajustar os desajustados.

Cabe ainda assinalar que, conforme proposto no projeto de intervenção, o objetivo era contribuir para um maior reconhecimento do Serviço Social no Nuft. Entretanto, após a leitura do questionário percebeu-se ser necessário o trabalho inverso, isto é, não só um maior reconhecimento da atuação do(a) profissional, mas principalmente a compreensão junto às/aos aprendizes do papel do Serviço Social na instituição.

Em relação à compilação dos temas escolhidos, observou-se que de todos os questionários assinalados, dois de maior interesse foram suicídio e saúde mental, e, na terceira posição empatados ficaram internet e sexualidade.

No que tange à questão do suicídio, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) lançou no ano de 2017 uma reportagem revelando que o suicídio está na segunda posição em causas de mortes entre os(as) adolescentes e jovens, estima-se que 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos. Não ocorre apenas nos países de alta renda, 79% dos suicídios foram diagnosticados nos países de baixa e média renda. Os autores Cicogna, Hillesheim, Hallal (2019) realizaram um estudo que aborda a mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil e, revelou-se o seguinte:

De 2000 a 2015, no Brasil, ocorreram 11.947 mortes por lesões autoprovocadas intencionalmente em indivíduos de 10 a 19 anos. Isso representa 8,25% do total de óbitos por suicídio em todas as faixas etárias no período. A maior parte (85,32%) dos suicídios na faixa etária estudada aconteceu em adolescentes de 15 a 19 anos. A maioria dos óbitos por suicídio em adolescentes no Brasil no período ocorreu na população masculina (67,31%) e a proporção da mortalidade entre a população masculina e a feminina foi de 2,06:1 em todo o período (CICOGNA; HILLESHEIM; HALLAL, 2019, p. 3).

Ainda, os autores (2019) destacam que, das regiões do Brasil, o Sul está na segunda posição com o maior número de mortes por suicídio no período entre 2000 e 2015.

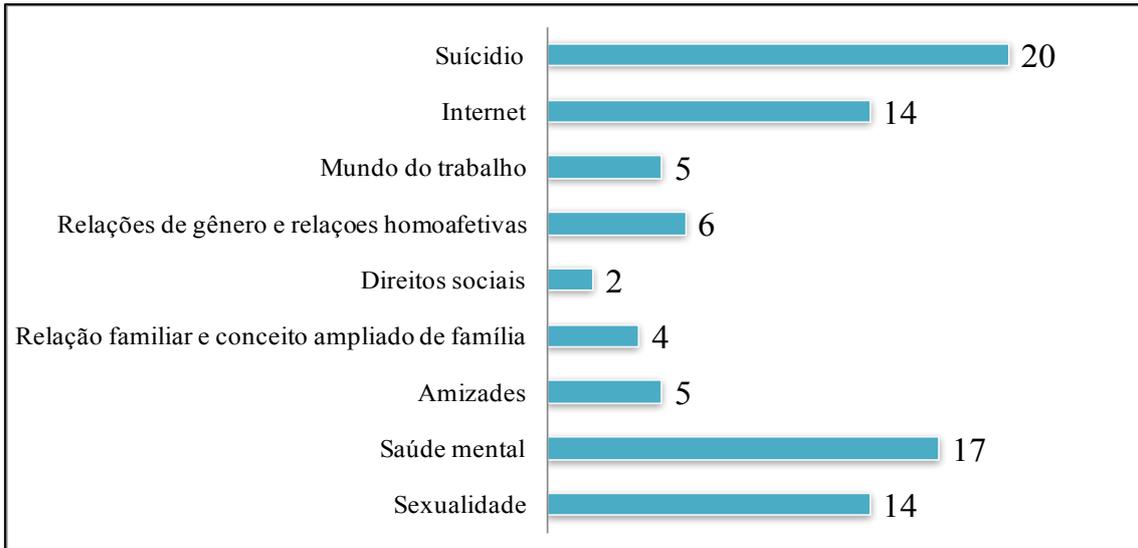
Em relação ao tema sobre saúde mental, a OPAS (2020) publicou uma reportagem em que menciona que “condições de saúde mental são responsáveis por 16% da carga global de doenças e lesões em pessoas com idade entre 10 e 19 anos”. Ainda, descreve que o período da adolescência é crucial para o desenvolvimento e manutenção de hábitos sociais e emocionais importantes para o bem-estar mental. Sendo assim, é importante que haja inúmeros hábitos na vida destes(as) sujeitos, entre eles: exercícios regulares, aprender a administrar emoções, entre outros. Além disso, é extremamente relevante um ambiente de apoio, ou seja, família, escola entre outros.

No que se refere ao questionário aplicado, se compilou os dados de 87 aprendizes, sendo uma resposta anulada pois a/o adolescente assinalou todas as opções, assim foi decidido contar como não respondida. Segue informações:

## **Gráfico 2 - Respostas referentes aos temas escolhidos<sup>20</sup>**

---

<sup>20</sup>Foi proposto em reunião conduzida pela estagiária, em que houve a participação das duas assistentes sociais e a psicóloga os nove temas para incluir no questionário.



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Os dados do gráfico 2 se constituem a soma de todas(os) as(os) aprendizes. É importante mencionar que, cada turma que contém em média 15 adolescentes e/ou jovens aprendizes, teve como tema selecionado, o mais votado.

Após aplicado o questionário com as seis turmas de formações contínuas, realizou-se uma reunião com as profissionais de serviço social e psicologia para definir os dias e horários que seriam executadas as rodas de conversa. Nesta reunião foi definido que as intervenções ocorreriam das 10 horas até às 11 horas e 30 minutos no período matutino e das 13 horas e 30 minutos até às 15 horas para as turmas do período vespertino. Ainda, vale mencionar que, após compilado os dados dos temas selecionados, foi proposto pela estagiária e profissionais de serviço social e psicologia, para maior assimilação, a leitura de textos com conteúdo dos temas indicados.

O projeto de intervenção aconteceu no segundo semestre do ano de 2017 e a primeira intervenção ocorreu em 05 de setembro, com a turma de formação contínua de terça-feira. Todas as rodas de conversa foram coordenadas pela psicóloga, assistente social e estagiária, além das profissionais estiveram presentes 12 aprendizes.

O tema escolhido por esta turma foi saúde mental, como atividade antecedente à roda de conversa, foi sugerido pela psicóloga a leitura de um texto que aborda sobre a autoestima na adolescência. Como a saúde mental é um tema bastante amplo, as

coordenadoras do projeto optaram por direcionar o diálogo para a questão da autoestima. Ao finalizar a roda de conversa, realizou-se um breve diálogo sobre as informações disponíveis sobre a rede socioassistencial para a população, onde e como pode ser acessada além dos benefícios disponíveis pelo CRAS que as/os aprendizes podem ter acesso.

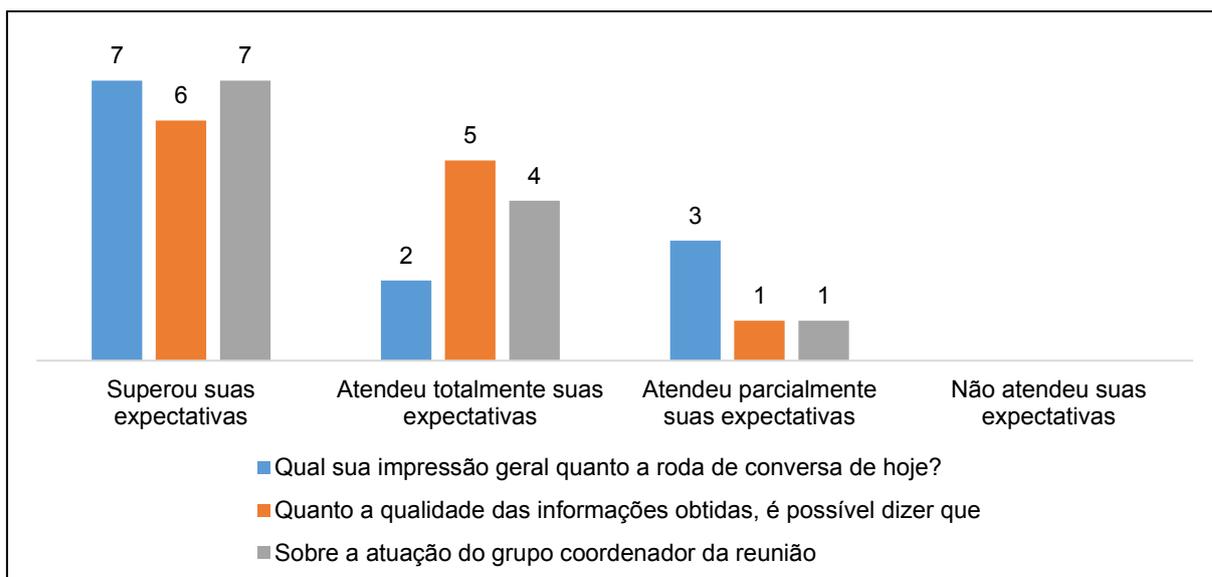
De modo geral, foi bastante perceptível a adesão das(os) aprendizes em relação ao tema, houve inúmeros questionamentos além da sugestão de futuros encontros como este para um maior diálogo. Realizou-se avaliações após cada roda de conversa. A avaliação do primeiro grupo mostrou um resultado satisfatório.

Para todas as turmas aplicou-se a mesma avaliação (apêndice C), continha três perguntas de assinalar. A primeira pergunta era: Qual a sua impressão geral quanto a roda de conversa de hoje? A seguinte pergunta era: Quanto a qualidade das informações obtidas, é possível dizer que: A terceira pergunta da avaliação foi: Sobre a atuação do grupo coordenador da reunião. Houve ainda uma última pergunta, sendo ela aberta, onde questionava o seguinte: O que você acha que poderia ter sido feito de diferente (sua opinião é extremamente importante para nós)?

Para maior apreensão, utilizou-se um gráfico para ilustrar a compilação dos dados de todas as rodas de conversa. Para a questão 1, foi colocada a cor azul, utilizou-se a cor laranja para a soma das respostas 2. E por último a cor cinza para a questão 3.

Era possível assinalar uma das seguintes informações: Superou suas expectativas; atendeu totalmente suas expectativas; atendeu parcialmente suas expectativas; não atendeu suas expectativas. Abaixo é possível visualizar, a primeira compilação da avaliação, da primeira roda de conversa:

### **Gráfico 3 – Avaliação da roda de conversa sobre saúde mental**



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Como primeira atividade executada, considera-se satisfatório o resultado da avaliação apresentado no Gráfico 3. Dos(as) 12 participantes, apenas 3 assinalaram ter atendido parcialmente as expectativas, os demais informaram ter superado as expectativas. Além disso, para a última questão aberta, houve 4 aprendizes onde descreveram que poderia haver mais destas conversas e 2 informaram ter sido a primeira vez que dialogam sobre o tema saúde mental.

A segunda intervenção ocorreu em 11 de setembro do ano de 2017 com a turma de formação contínua de segunda-feira. Estiveram presentes 11 aprendizes e o tema escolhido foi *sexualidade*. O diálogo foi conduzido a partir dos seguintes pontos:

- O que é sexualidade;
- A percepção da(o) adolescente sobre a sexualidade;
- Compartilhando com a família sobre a vida sexual;
- Gravidez na adolescência; doenças sexualmente transmissíveis; métodos contraceptivos e

- Gravidez segundo o manual da aprendizagem<sup>21</sup>.

De acordo com Sakamoto (2008), a adolescência é uma etapa da vida humana de inúmeras transformações, a infância permanece no passado e passa a vivenciar um certo amadurecimento. É neste período de transição da infância para a vida adulta que o menino e a menina passam por transformações tanto físicas quanto sociais.

Por meio desta roda de conversa foi possível perceber a importância de interlocução entre esses sujeitos, a fim de conhecer quem são os(as) usuários(as) que frequentam a instituição, e também para que possam se apropriar e refletir sobre as questões que permeiam o ambiente de trabalho. Assim como afirma Sakamoto (2008) quando menciona que:

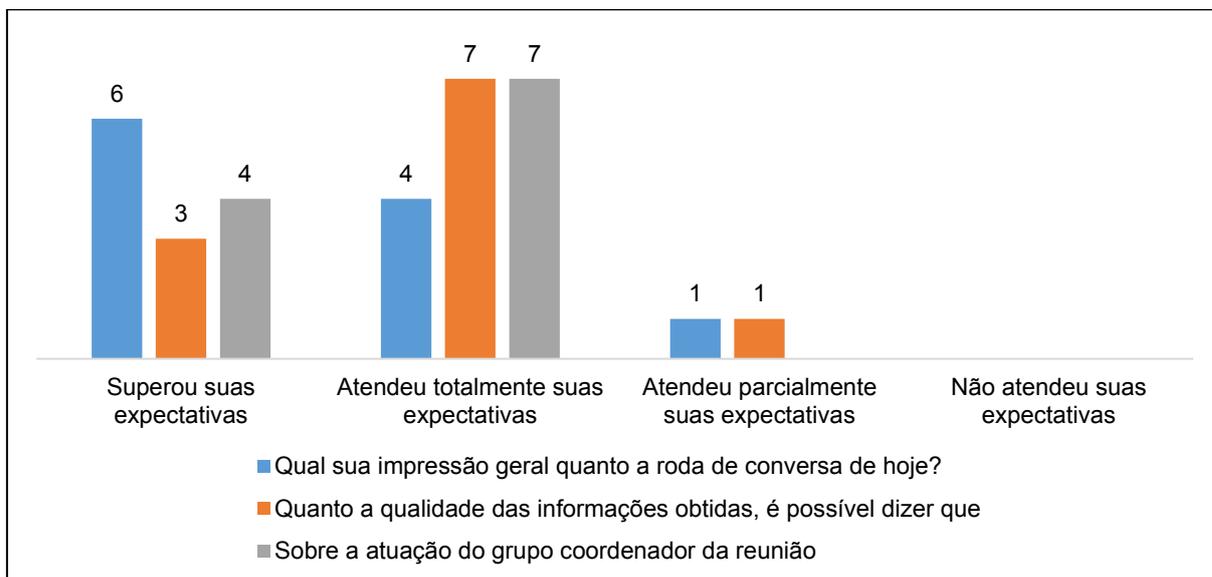
Refletir sobre a questão requer ir além das rotinas institucionais. É buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem impulsionadas pelos profissionais (SAKAMOTO, 2008, p. 18).

Através dos diálogos na intervenção, foi possível perceber que, no ambiente familiar destes(as) aprendizes há falta do diálogo sobre este tema. Sakamoto (2008) já mencionava que a sexualidade é vista como um tabu e revestida de preconceitos. Seguem informações geradas sobre a avaliação da turma no gráfico abaixo:

---

<sup>21</sup>O Manual da Aprendizagem diz sobre a gravidez: “Na ocorrência de gravidez durante o contrato pode haver uma prorrogação excepcional do contrato de aprendizagem até o fim do período de estabilidade, ainda que seja ultrapassado o prazo máximo de 2 anos do programa de aprendizagem ou a idade máxima de 24 anos de idade. Não se trata de transformação do contrato a termo em contrato por prazo indeterminado, devendo permanecer inalterados todos os pressupostos do contrato de aprendizagem inicial, inclusive jornada de trabalho, salário e recolhimentos dos respectivos encargos. No entanto, caso seja impossível a continuidade da parte teórica, a jornada será exclusivamente de atividades práticas” (BRASIL, 2019, p. 61).

**Gráfico 4 – Avaliação da roda de conversa sobre sexualidade**



Fonte: Elaboração da autora (2020).

De acordo com as informações expostas no gráfico 4, foi possível destacar que, de modo geral foi considerada bastante satisfatória a atividade desenvolvida sobre o tema sexualidade. Como avaliação da equipe organizadora, percebeu-se a participação e manifestação de grande parte da turma, embora houve alguns aprendizes mais introspectivos que a turma anterior. Não se sabe se os motivos que levaram, foram ao tema elegido ou se esta é uma característica destes(as) aprendizes.

A terceira ação executada, ocorreu em 15 de setembro no ano de 2017 com a turma de formação contínua de sexta-feira no período vespertino e contou com a participação de 20 aprendizes, a psicóloga, a assistente social e as duas estagiárias de serviço social. O tema escolhido foi suicídio e o diálogo foi respaldado pela leitura de dois textos, um foi direcionado pela psicóloga e o outro pela estagiária, porém os dois abordavam a questão do suicídio juvenil.

De acordo com Barrón e Krmpotic (2016), na América Latina a taxa de mortalidade decorrente de suicídio é 180% mais elevada que nos países desenvolvidos. As autoras comentam possíveis causas que podem acarretar em um suicídio juvenil, sendo algumas delas: fracasso escolar, desemprego entre outros. Além disso, as autoras destacam que os(as) jovens são vistos(as) como vulneráveis.

Por fim, as autoras discutem sobre a importância em promover intervenções preventivas e também sistematizar os dados de situações. E no que se refere a questão do Serviço Social, destacam que os assistentes sociais têm muito a contribuir, porém é importante melhorar seus instrumentos e atuar juntamente com uma equipe multiprofissional (BARRÓN; KRMPOTIC, 2016).

No que tange à roda de conversa, observou-se que, as duas profissionais não possuíam considerável acúmulo tanto teórico quanto prático do tema em questão, sendo assim, foi sugerido pela psicóloga conduzir a intervenção com uma dinâmica. Uma vez que, o suicídio é considerado um tema bastante polêmico para a sociedade além de ser raramente abordado ou discutido.

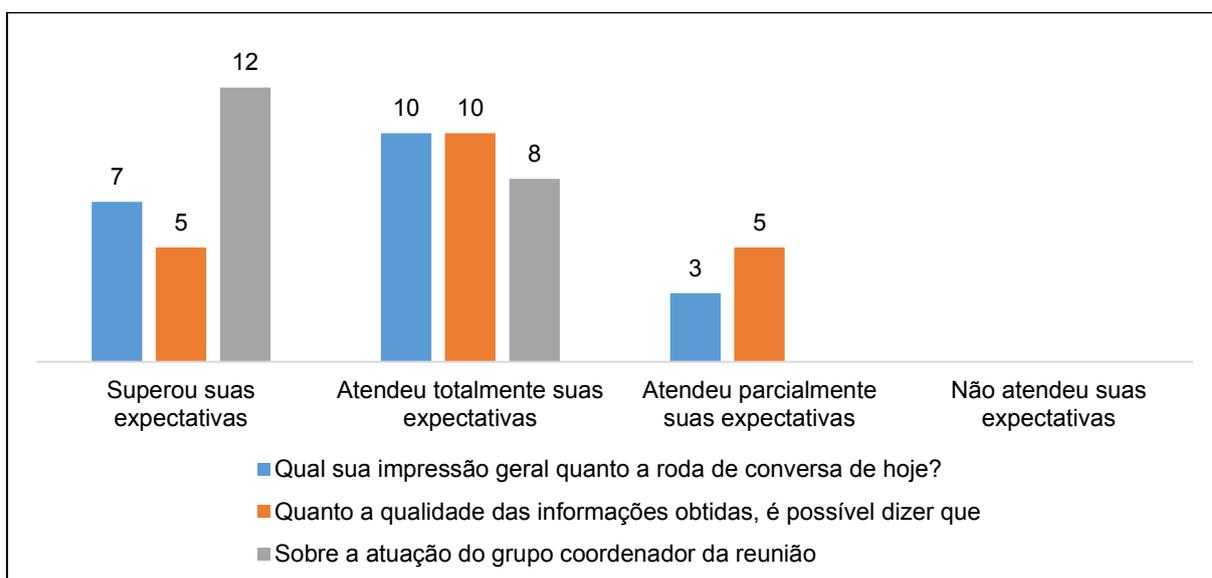
A dinâmica envolvia uma caixa que continha inúmeras frases atribuídas ao tema suicídio. Inicialmente, foi proposto que alguém da turma retirasse uma frase, em seguida a pessoa deveria ler para o grupo e dizer se é mito ou verdade. Após essa primeira ação, foi aberto para os demais opinar se concordavam ou discordavam. Ao final da discussão, a psicóloga respondia se era realmente mito ou verdade.

A dinâmica prolongou-se até o final do horário estipulado para finalizar a roda de conversa, a maioria das(os) aprendizes mostraram-se participativos, pontuando algumas questões sobre o tema e relacionando com parentes ou amigos que vivenciaram de perto o suicídio. No fechamento da abordagem, informamos sobre o Centro de Valorização da Vida – CVV<sup>22</sup>, sua localização na cidade de Florianópolis e exibimos brevemente o site do CVV a fim de informá-los sobre possíveis meios para auxiliar um(a) parente ou amigo(a) que esteja vivenciando com alguém ou até tentando o suicídio. Similarmente as outras intervenções, ao término aplicou-se a avaliação. Seguem informações no gráfico abaixo:

---

<sup>22</sup>O CVV é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1973. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo. Informações retiradas do site do Centro de Valorização da Vida: <https://www.cvv.org.br>

**Gráfico 5 - Avaliação da roda de conversa sobre suicídio**



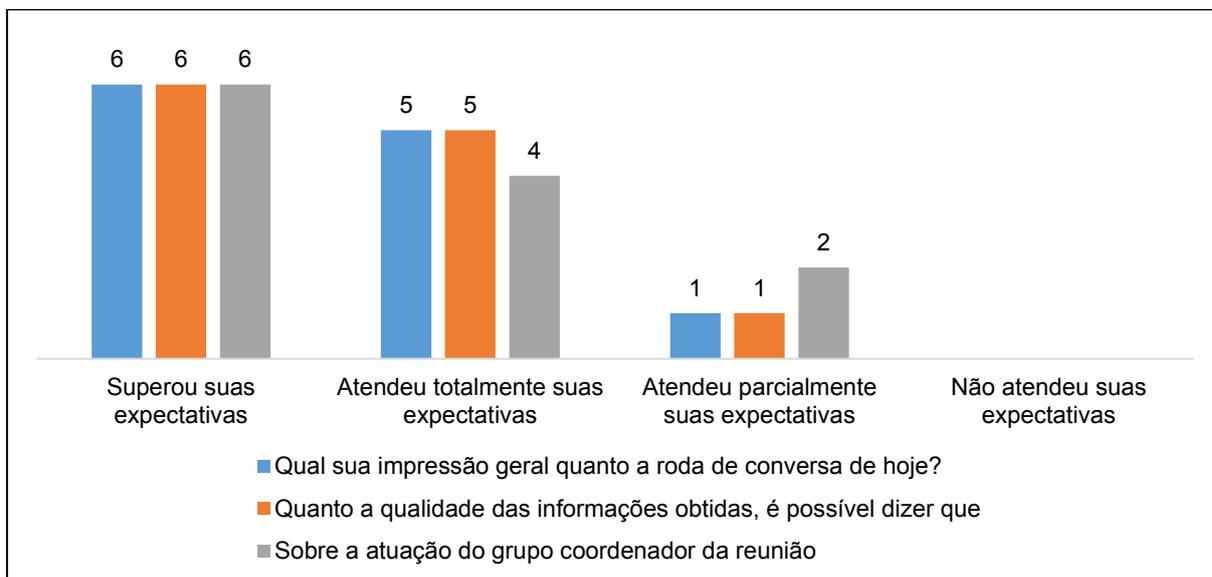
Fonte: Elaboração da autora (2020).

A partir da exposição do gráfico 5, foi possível analisar que o grupo participante foi mais criterioso, pois houve uma quantidade razoavelmente alta para as perguntas 1 e 2, assinalaram atender parcialmente as expectativas. Em relação à última questão da avaliação que foi aberta, dos(as) 20 aprendizes, apenas 4 não responderam a esta questão, a maioria descreveu a importância desses encontros e propuseram a realização desta atividade no seguinte semestre.

A quarta e última roda de conversa ocorreu em 25 de setembro no ano de 2017 com a turma de formação contínua de segunda-feira no período matutino. Além das profissionais e estagiária estiveram presentes 12 aprendizes, e o tema escolhido pela turma foi suicídio. Similarmente a intervenção anterior, o diálogo esteve respaldado pela leitura de dois textos que abordam a questão do suicídio juvenil.

Foi proposta a mesma dinâmica com o grupo para subsidiar o diálogo, porém percebeu-se que a integração e envolvimento da turma foi menor em relação a turma anterior. Conforme fluía a dinâmica, embora poucos, porém alguns integrantes do grupo se abriam para participar e dialogar sobre o tema referido. Também foi apresentado o site do CVV, bem como sua localização na cidade de Florianópolis. Aplicamos a avaliação referente a roda de conversa, seguem dados compilado:

**Gráfico 6 - Avaliação da roda de conversa sobre suicídio**



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Foi possível verificar a partir da exposição do gráfico 6 que a última roda de conversa também foi satisfatória. A grande maioria dos(as) aprendizes informaram ter atendido e/ou superado as expectativas. Para a última questão aberta, obteve-se retorno de metade dos(as) aprendizes, informaram ter sido um momento prazeroso e desejaram que ocorra mais atividades como esta brevemente.

Para a última pergunta aberta na avaliação, informando o seguinte: Espaço para observações (sua opinião é extremamente importante para nós). Para maior assimilação, segue abaixo algumas respostas descritas por estas/estes aprendizes que participaram da atividade, separados pelos temas escolhidos.

**Tabela 2** – Súmula das principais ideias dos participantes das rodas de conversa

<b>Questão</b>	<b>Entrevistado 1</b>	<b>Entrevistado 2</b>
Espaço para observações (sua opinião é extremamente importante para nós) tema saúde mental:	“Primeira vez que converso com pessoas sobre esse tema”	“Eu gostei totalmente da conversa, porém gostaria que houvesse mais tempo para a conversa”.
Espaço para observações (sua opinião é extremamente importante para nós) tema sexualidade:	“Achei bem importante à iniciativa de vocês com o tema, tema de muitas polêmicas”.	“Gostei bastante da conversa, pois elas ouviram as opiniões de todos, sem julgar ou falar se estava certo ou errado
Espaço para observações (sua opinião é extremamente importante para nós) tema suicídio:	“Trouxe-nos dúvidas como esclarecimentos, foi interessante para debater as ideias diferentes dos colegas, mesmo com um pouco de intimidação no começo”	“Deveria ocorrer mais com assuntos bem discutidos atualmente”

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Cabe destacar que, no decorrer da execução do projeto foram feitos alguns acompanhamentos de monitoramento das atividades desenvolvidas, entre as profissionais e a estagiária. Certos monitoramentos ocorreram juntamente com a psicóloga e assistente social e outros somente com a psicóloga. Percebeu-se que as alterações entre uma atividade e outra foram mínimas, apenas no sentido de superar as situações indesejadas.

Embora tenha sido sugerido a realização de seis rodas de conversa, foram feitas apenas com quatro turmas, justamente por motivos internos da equipe do Nuft e de ajustes necessários para cada turma.

De acordo com o projeto de intervenção, foi previsto a realização de rodas de conversa com as/os 228 adolescentes e jovens inseridos no programa de aprendizagem, após realizada a primeira etapa do processo, que seria a aplicação do questionário reduziu-se o número para 88 aprendizes. Ao compilar os dados totais das avaliações respondidas, identificou-se um total de 55 aprendizes, isto é, apenas 24% estiveram envolvidos em todas as três etapas da execução do projeto.

Por meio da identificação dos indicadores nota-se uma considerável redução da quantidade proposta para a realizada, mostrando assim um grande desafio ao executar o projeto de intervenção, que pode ser causada por: indisponibilidade de

tempo das profissionais em abordar todas as turmas, pela dinâmica da rotina institucional ou também pela rotatividade de adolescentes e jovens inseridos no programa.

No que se refere à participação da equipe do Nuft no projeto de intervenção, cabe mencionar que as profissionais que tiveram um maior envolvimento na execução foram as duas assistentes sociais e a psicóloga, mas ainda, obtivemos o apoio dos educadores de sala e orientador educacional nos preparativos que antecederam as rodas de conversa.

Logo após executado o projeto de intervenção com as quatro turmas e retomando aos objetivos gerais e específicos, em relação a quantidade, não foi possível vislumbrar um resultado final esperado. Foi pressuposto que seja pelo curto espaço de tempo de execução, também pelas profissionais envolvidas estarem com excesso de trabalho demandadas pela instituição e principalmente por haver inúmeras atividades já previstas no calendário anual e que não podiam ser adiadas. Contudo, para além da quantidade atingida, ressalta-se que essa interlocução entre profissionais e aprendizes foi extremamente necessária e muito produtiva.

Para a conclusão do projeto de intervenção, fez-se necessário uma avaliação com as assistentes sociais e psicóloga a fim de analisar a execução do projeto e dialogar sobre uma breve possível realização.

De modo geral, a avaliação das três profissionais envolvidas no projeto foi positiva, comentaram ter sido muito interessante as rodas de conversa, apesar de não ter conseguido atender todos as/os aprendizes previstos. Embora não seja o foco principal, mas vale ressaltar que conforme a profissional de psicologia, que esse projeto contribuiu para o (re)pensar a inserção e atuação da psicologia no Nuft e alicerçar propostas de mudanças para a psicologia no núcleo.

No que tange as profissionais de serviço social, ressaltaram ter sido uma intervenção bastante produtiva. Uma vez que as/os aprendizes não possuem clareza sobre o papel do assistente social e psicóloga no Nuft, acredita ter sido este um fator relevante para que em algumas turmas fiquem um pouco mais acanhados a participar. Apesar disso, percebeu que alguns(a) aprendizes se demonstraram participativos e a conversa fluiu positivamente.

A respeito da escolha dos temas, ambas profissionais apontaram que, se o tema fosse livre não seria possível ter uma intervenção mais aprofundada, pois abriria

um leque de infinitas possibilidades, podendo ocorrer de cada aprendiz escolher um tema diferente e assim não obter um em específico a ser considerado como “tema escolhido pela maioria”. Com isto, poderia desmotivar a turma quanto a participação.

A experiência do projeto de intervenção possibilitou principalmente uma maior aproximação da estagiária com os(as) usuários(as) da instituição e que possibilitou a participação deles(as) na execução do projeto de intervenção. A partir disso, foi possível problematizar e buscar em referencial teórico para maior assimilação sobre a inserção precoce no mercado de trabalho.

Foi proporcionado neste período apreender sobre a prática profissional, problematizar também tal atuação. Há que considerar todo o histórico da profissão, sua inserção no terceiro setor e implicações. Enfim, foram momentos que contribuíram para o processo de formação.

Por fim, vale enfatizar que as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais tem sido cada vez mais precárias, com baixos salários, aumento das demandas institucionais, sobrecarga de trabalho excedente e carregado de atividades burocráticas impossibilitando de realizar uma maior articulação junto aos(as) usuários(as) da instituição.

Embora a conjuntura atual tenha corroborado para o aumento dessa precarização, é importante ressaltar que a supervisão de campo não é uma mera atividade, é uma responsabilidade, é a oportunidade para contribuir no processo de formação de um indivíduo. Portanto, é importante haver dedicação, comprometimento, e um acompanhamento adequado que proporcione um maior aprendizado ao(à) estudante.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a elaboração deste trabalho, temos algumas pontuações a destacar. No transcurso desta pesquisa, buscou-se por meio dos documentos elaborados no campo de estágio apreender sobre a prática profissional do(a) assistente social em programas de aprendizagem. Embora não tenha sido possível conhecer profundamente este espaço sócio-ocupacional, buscou-se nas aproximações e investigação realizadas, textos com uma abordagem crítica e que problematizassem a temática do trabalho infantojuvenil,

É um longo caminho que a/o estudante percorre para poder concluir com êxito o curso (teórico e prático), podendo encontrar inúmeras dificuldades, entre elas, problemas financeiros e/ou situações familiares que permeiam o mundo da(o) estudante. Refletir acerca da oportunidade em estudar em uma universidade pública, faz pensar que precisamos lutar pela permanência destas instituições, justamente na conjuntura atual de privatizações.

Neste percurso universitário e mais especificamente pela atividade de estágio, foi possível conhecer e problematizar a inserção precoce no mercado de trabalho. Ao buscar o aporte teórico sobre este tema, foi possível identificar autores que afirmam, fortalecem esta temática. Entretanto, foi por meio das intervenções em sala com as/os aprendizes do Nuft que foi possível enxergar que este caminho não é trilhado por livre espontânea vontade, vimos que há um recorte de classe.

Em relação a atividade do projeto de intervenção, enquanto estratégia pedagógica, considera-se ter sido de extrema importância pois foi possível uma aproximação com os(as) usuários (as) do Nuft. Podemos considerar como pontos positivos para a elaboração do projeto, a disponibilidade da estagiária em produzir encontros com os(as) aprendizes, para obter uma maior aproximação e buscar desenvolver algo que pudesse trazê-los para o foco da cena.

Não podemos ignorar a riqueza dos encontros realizados em que foi possível articular diálogos com os(as) aprendizes e as profissionais de serviço social e psicologia. Também, por meio destas rodas de conversa, foi importante recorrer ao aporte teórico para obter um conhecimento minimamente sobre os temas em sugeridos.

No que tange à questão do trabalho precoce, foi possível identificar por meio da literatura que esta inserção está presente em épocas anteriores à Revolução Industrial. Com o passar dos anos, o discurso e a superação do trabalho precoce foi ganhando significação e tornou-se indispensável a apreensão sobre suas problemáticas, para tanto, foram criados órgãos internacionais para se posicionarem minimamente contra a superexploração da mão de obra infantojuvenil.

Por meio da análise realizada sobre o trabalho precoce, foi possível verificar a falta de investimento e financiamento em uma política pública voltada à criança e à/ao adolescente, filhos da classe trabalhadora, a fim de oportunizar estudos complementares que contribua no futuro para postos de emprego com maior qualificação.

Destacamos aqui também, a importância da atividade de estágio devidamente supervisionada e como se completa a supervisão acadêmica com a de campo, além de dialogarem entre si. Embora tenha suas dificuldades, situamos o estágio um papel relevante para a formação profissional. A conjuntura atual tem corroborado para o aumento dessa precarização, porém a supervisão de campo não é uma mera atividade, é uma responsabilidade, é a oportunidade para contribuir no processo de formação de um(a) indivíduo.

Foi possível também, por meio da vivência no estágio, perceber que há exigência demasiada por parte das/dos aprendizes quanto a responsabilidade, comprometimento, proatividade entre outras questões. Porém, falta-lhes a apreensão do perfil destas/destes usuários que busca a inserção no mercado de trabalho. Há casos em que a procura da empresa pela contratação de adolescente volta-se para alguém com inúmeras capacidades como qualquer outro funcionário, porém não há o correto discernimento quanto à questão que, as/os adolescentes e jovens em sua grande maioria nunca experimentaram a vivência do trabalho formal.

No que se refere à atuação das profissionais de serviço social no Nuft, foi possível perceber que, há um grande distanciamento quanto aos(às) aprendizes, uma vez que a busca pelo diálogo e atendimento com as assistentes sociais ocorrem apenas quando recebem uma reclamação, oriunda ou do(a) educador(a) de sala ou por parte do(a) orientador(a) da empresa conveniada. Em vista disso, enquanto estagiária buscou-se por meio do projeto de intervenção, proporcionar um

reconhecimento desta categoria e mostrar a estes(as) aprendizes a importância destas profissionais no dia a dia da aprendizagem.

Em relação à categoria de assistentes sociais, estes(as) profissionais enfrentam embates com as condições objetivas no seu espaço de trabalho. Sarmiento (2013) afirma que é fundamental o(a) assistente social reconhecer que seu exercício profissional implica a existência de instrumentos e técnicas que permitam a operacionalização das propostas da ação profissional, conscientemente definidas.

Sabemos que as condições de trabalho das(os) assistentes sociais tem sido cada vez mais precárias, com baixos salários, aumento das demandas institucionais, sobrecarga de trabalho excedente e carregado de atividades burocráticas impossibilitando de realizar uma maior articulação junto às/aos usuários(as) da instituição.

E sobre os espaços institucionais em que se insere a/o assistente social, suas especificidades e dificuldades encontradas. Podemos citar que, as instituições têm um espaço bastante expressivo na sociedade atual. Percebemos que os espaços de atuação da profissão sempre enfrentam grandes desafios, tanto na inserção da(o) profissional na instituição e na compreensão da profissão, como também na atuação da(o) próprio assistente social, que muitas vezes encontra limites institucionais para realização e efetivação de seu trabalho.

Importa ressaltar que, o(a) profissional de serviço social ao se reconhecer como classe trabalhadora, ingressa nas instituições empregadoras para lidar com as múltiplas expressões da questão social, encontra um verdadeiro embate ao lidar com os interesses sociais e antagônicos.

No percurso do desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se na literatura referenciais que abordassem um estudo acerca do exercício profissional/atuação/prática do(a) assistente social em programas de aprendizagem, porém, não foi possível localizar posicionamento sobre este tema. Diante disso, apontamos a necessidade da continuidade em aprofundar, analisar e discutir sobre as diferenças entre atuação/exercício profissional/prática e realizar uma interlocução com a necessidade de compor a equipe profissional neste espaço socio ocupacional.

Findamos aqui, este grande bordado, tecido delicado que foi remendado no meio do processo, mas que se constituiu uma obra, com a utilização da mão-de-obra desta aprendiz, do teatro da vida.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. CABRAL, Maria do Socorro R. O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS-1979. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.º 100, p. 728-739, out./dez., 2009.

ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. **Blog da Boitempo**, São Paulo – 2012. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>. Acesso em 23 out. 2020.

ANDRADE, Renato Almeida de. **O Enfrentamento da questão social e o terceiro setor**. Vila Velha: Univila, 2006.

BARRÓN, Elsa Viviana; KRMPOTIC, Claudia Sandra. A prevenção do suicídio juvenil: entre a enunciação e a ação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 43 - 52, jun. 2016. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/40233/31963>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRAGA, M. E.; GUERRA, Y. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)> Acesso em: 23 out. 2020

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm)>. Acesso em 29 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5598, de 1 de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm)>. Acesso em 05 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Manual da aprendizagem**: O que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2019, 66 p. Disponível em: <[https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/manuais/Manual\\_de\\_Aprendizagem\\_\\_versao\\_para\\_download.pdf](https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/manuais/Manual_de_Aprendizagem__versao_para_download.pdf)>. Acesso em 25 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ministério da cidadania**. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>>. Acesso em 31 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em 08 nov. 2020.

BRICK, Daniela Corrêa. **Resgate da trajetória da Promenor no atendimento a adolescentes:** Os principais fatos históricos que culminaram na atual lei da aprendizagem. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, UFSC: Florianópolis, 2010.

CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social – Brasília – UNB, 2001. Disponível em:

<[file:///C:/Users/mila\\_/Downloads/CFESS\\_Recomendacoes%20para%20elaboracao%20do%20projeto%20de%20intervencao\\_2001.pdf](file:///C:/Users/mila_/Downloads/CFESS_Recomendacoes%20para%20elaboracao%20do%20projeto%20de%20intervencao_2001.pdf)>. Acesso em 15 dez. 2020.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, Dec. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282016000300430&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300430&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 14 dez. 2020.

CESCONETTO, Gizelle. Trabalhador menor de idade. **Notícias Concursos**, 12 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://noticiasconcursos.com.br/direitos-trabalhador/trabalhador-menor-de-idade/>>. Acesso em: 29 de ago. de 2020.

CFESS. Assistente Social: profissional de luta, profissional presente! In **É Notícia**, boletim anual conjunto CFESS/CRESS. Ano 1, edição nº1, maio 2015, Brasília, DF. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/JornalConjuntoCFESS-CRESS-PrimeiraEdicao.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2020.

CICOGNA, Júlia Isabel Richter; HILLESHEIM, Danúbia; HALLAL, Ana Luiza de Lima Curi. Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 1-7, Mar. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852019000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852019000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CONDE, Soraya Franzoni. As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 241-247, Dec. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802013000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31 out. 2020.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Dieese, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do Trabalho Social.** São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_. Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Desafios e perspectivas do exercício profissional do assistente social na efetivação de direitos. In: Myrian Veras Baptista; Odária Battini. (Orgs.). **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação e construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009.

FLORIANÓPOLIS, Paefi: **serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=servpagina&acao=open&id=4694>> Acesso em: 05 dez. 2020.

FONSECA, Laura Sousa; **Trabalho infante-juvenil: concepções, contradições e práticas políticas**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. Disponível em <[file:///C:/Users/mila\\_/Desktop/trabalho%20infanto%20juvenil.pdf](file:///C:/Users/mila_/Desktop/trabalho%20infanto%20juvenil.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2020.

FÜHR, Carlise. **Trabalho e juventude: opção ou necessidade?** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, UFSC: Florianópolis, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social 9°** São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. Espaços sócio ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IANNI, Octavio. Questão Social. **Revista Usp**, São Paulo, v. 3, p.145-154, 30 nov. 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>>. Acesso em: 31 out. 2020

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Trabalho infantil 2016**. Disponível em <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf)>. Acesso em 24 out. 2020.

\_\_\_\_\_. PNAD Contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao>>. Acesso em 07 nov. 2020.

IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. **Informações institucionais**. Disponível em: <<http://www.ides-sc.org.br>>. Acesso em 21 out 2020.

\_\_\_\_\_. Núcleo Formação e Trabalho. **Regimento Interno**. Florianópolis, 2014.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In: **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 6 n. jan./jun. 2007 (p. 93-104).

LEWGOY, Alzira. Elementos constitutivos da concepção de supervisão de estágio. In: \_\_\_\_\_ **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010 (p. 119-148) capítulo 3

LOURENCO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 294-317, jun 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARX, Karl. **O Capital crítica da economia política**: Livro primeiro o processo de produção do capital. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MENDONÇA, C. M. **(RE) pensando a participação e o seu papel na democracia à luz do pragmatismo**: um estudo junto ao fórum de políticas públicas de Florianópolis. 2019. 256 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00007b/00007bff.pdf?fbclid=IwAR3mKQD6nw--3I9nXcMICV6Ob4gfdfrfIUFDzYEXNnqGcMLVmdxNbxCTuCo>>. Acesso em 05 dez. 2020.

MONTAÑO, Carlos. Introdução. In: **Terceiro Setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez: 2002.

MONTEIRO, Paula. **Inserção precoce no mercado de trabalho**: Um estudo de casos. IEFP. Lisboa: SIETI, 2004.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OBSERVATÓRIO DA PREVENÇÃO E DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Smartlab, 2010. Disponível em <<https://smartlabbr.org/>>. Acesso em 05 dez. 2020.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 31 out. 2020.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Suicídio. Brasília (DF); 2017. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/suicidio>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Saúde mental dos adolescentes, Brasília (DF); 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

RIZZO, Catarina Barbosa da Silva; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trab. educ. saúde** (Online), Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p.407-417, nov. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462010000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462010000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SAKAMOTO, Dulcinéia Luccas; **A saúde de jovens mães: desafios para os sistemas de proteção social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista. Franca, 2008. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/dulcineia.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SANTOS, Milton. **O mundo global visto do lado de cá**. Youtube, 19 jun. 2007. Documentário: 89'23". Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW\\_mnM](https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM)>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SARMENTO, H. B. M. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKS Sheila; GUERRA, Yolanda. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 1ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2012, v. 1, p. 103-120.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS : ABESS(Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O\\_significado\\_socio-\\_historico\\_da\\_profissao\\_Yasbek.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-_historico_da_profissao_Yasbek.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário

#### Questionário:

1. Nome (opcional):

---

2. Turma contínua:

---

3. Empresa que trabalha:

---

4. O que você entende como funções do psicólogo? E no NUFT, você entende o que seria o papel desse profissional?

---

---

---

---

5. O que você entende como funções do assistente social? E no NUFT, você entende o que seria o papel desse profissional?

---

---

---

---

6. Qual tema você gostaria que abordássemos:

- Amizades
- Direitos Sociais
- Internet;
- Mundo do trabalho
- Relações de gênero e relações homoafetivas
- Relação Familiar e conceito ampliado de família;
- Saúde mental;
- Sexualidade;
- Suicídio.

**APÊNDICE B – Compilação dos dados do questionário**

<b>Turma: SEGUNDA DE MANHÃ</b>				
<b>Tema escolhido Sexualidade</b>				
<b>Adolescente</b>	<b>Empresa que trabalha</b>	<b>O que você entende como funções do psicólogo? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional</b>	<b>O que você entende como funções do assistente social? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional</b>	<b>Qual tema você gostaria que abordássemos na roda de conversa</b>
1	Unimed	Orientar, ouvir, conversar e ajudar entre outras coisas	Não sei.	Sexualidade
2	Unimed	Diagnosticar a pessoa, ajudar os outros	Dar assistência as pessoas	Internet
3	DASA	Pelo conhecimento que eu tenho, o psicólogo serve para conversar com as pessoas, tentar ajudar a capacidade mental dos jovens.	Não tenho muito conhecimento.	Suicídio
4	REPRO	Entendo que um psicólogo trata de problemas pessoais de uma pessoa. Ajudar os menores aprendizes	Não entendo sobre o assunto.	Saúde mental
5	REPRO	Entendo mas não sei exatamente explicar como funciona aqui no NUFT	Mais ou menos... Eu não sei como é a administração aqui no NUFT pois nunca parei para conversar ou pesquisar sobre suas funções.	Relação familiar e conceito ampliado de família.
6	TAF Distribuidora	Entendo como alguém que está ali para te ouvir e ajudar ou tentar ajudar no problema.	Não sei.	Relações de gênero e relações homoafetivas
7	Livraria Catarinense	Ele ouve se você está com problemas e tenta te dar conselhos. Eu acho que é mais ou menos isso.	Não sei.	Sexualidade
8	DVA Veículos	--	São pessoas que trabalham em prol da sociedade.	Sexualidade
9	Unimed	Que estão aqui para avaliar em certas situações e nos auxiliar quando procuramos	Mais ou menos, conheço mais algumas funções para da IDES, aqui dentro já não conheço muitas.	Sexualidade
10	DASA	Seria entender a situação do qual a pessoa está passando, suas dúvidas, vida intelectual	Envolve a vida social, suas atitudes no ambiente de trabalho, familiar etc.	Relação familiar e conceito ampliado de família.
11	Hospital dos Olhos	Orientar, ouvir, dar conselhos. Aqui no NUFT, os mesmos papéis, além de aplicar avaliações nas empresas.	Não sei.	Relação de gênero e relações homoafetivas

Turma: SEGUNDA DE MANHÃ INSTITUIÇÃO BANCÁRIA			
Tema escolhido: Suicídio			
Adolescente	O que você entende como funções do psicólogo? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional	O que você entende como funções do assistente social? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional	Qual tema você gostaria que abordássemos na roda de conversa
1	Não sei	Ajudar a entender a situação das pessoas	Relações de gênero e relações homoafetivas
2	Psicólogo ajuda as pessoas que tenham algum tipo de problema social que não conseguem suportar sozinhos.	Não sei.	Sexualidade
3	Psicólogo ajuda as pessoas que tem problemas familiares ou algo grave que está acontecendo com eles, e tenta ajudar por meio da conversa.	Não sei.	Sexualidade
4	Ajuda a compreender as pessoas	Não sei.	Sexualidade
5	Não sei	Não sei.	Suicídio
6	Não sei	Não sei.	Suicídio
7	Não sei	Não sei	Suicídio
8	Não sei	Não sei	Direitos Sociais
9	Ajudar as pessoas que podem estar passando por crises mentais (cuida da saúde mental)	Não sei	Suicídio
10	Psicólogo funciona como uma pessoa que ajuda a outra a entender seus problemas do psicológico.	Da assistência a um indivíduo que está presente no social, quanto mais indivíduos mais assistência tem essa sociedade.	Sexualidade
11	Psicólogo é um profissional que procura entender os problemas de uma pessoa para ajudar a mesma a solucionar. No NUFT ele procura ajudar os menores para sua carreira futuro.	Eu entendo que seja um profissional parecido com o psicólogo, onde procura ajudar as pessoas com os problemas na família. No NUFT deve ser quem ajuda com pais que são um pouco ausentes na vida do filho, e como o NUFT trabalha com adolescentes o assistente social serve para ajudá-los.	Saúde Mental
12	O psicólogo tenta ajudar e proporcionar ajuda, ele procura saber o que se passa, ele tenta entender o indivíduo como em qualquer lugar.	Eu entendo que é um profissional parecido com o psicólogo, onde procura ajudar principalmente um adolescente ou jovem.	Saúde Mental
13	Não sei	Não sei	Amizades
14	Não sei	Não sei	Internet
15	Ajuda as pessoas de forma diferente e discreta. Ajuda o jovem a se orientar nos problemas que enfrentam.	Ajuda as famílias, orienta as famílias nos problemas.	Mundo do trabalho

Turma: TERÇA DE MANHÃ Tema escolhido: Saúde mental				
Adolescente	Empresa que trabalha	O que você entende como funções do psicólogo? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional	O que você entende como funções do assistente social? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional	Qual tema você gostaria que abordássemos na roda de conversa
1	Unimed	Eu acho que é ajudar as pessoas	Não sei	Sexualidade
2	Unimed	Não sei	Não sei	Saúde mental
3	Rotária	Existe diversos meios para a psicologia e psicólogo, pode ser pessoa que ajuda os adolescentes	Cuida dos setores ou busca dos aprendizes a folha ponto ou algo assim.	Amizades
4	Unimed	Auxiliar e ajudar as pessoas, ouvindo-as de forma neutra e aconselhando. No NUFT seria o auxílio para os jovens que tem algum problema de aprendizado na empresa ou em casa.	Não sei.	Suicídio
5	Unimed	Não sei.	Não sei.	Sexualidade
6	COMCAP	Não sei.	Não sei.	Relação familiar e conceito ampliado de família.
7	DVA	Acredito que seja conversar com as pessoas, até mesmo ajudá-los. No NUFT, não sei.	Acho que é basicamente a mesma coisa que o psicólogo.	Suicídio.
8	Repecon	Era auxiliar os aprendizes, quando estão com problemas, não só na vida profissional como na vida social.	Bom, eu acho que os assistentes sociais tendem a cuidar dos direitos dos jovens, para obter uma vida social tranquila.	Amizades
9	COMCAP	Não sei.	Não sei, nunca tive contato com uma assistente social.	Saúde mental
10	Unimed	Tem a função de aconselhar, acolher e escutar. Escutar os jovens, não sei.	Ajudar as pessoas, não sei.	Direitos sociais.
11	Hotel Faial	Não sei.	Não sei.	Sexualidade
12	DVA	Em minha percepção, a função do psicólogo é instruir o jovem com seus problemas, ajudando numa solução para seus problemas.	Atender os problemas físicos e emocionais, diferente do psicólogo, que se baseia mais nos problemas mentais.	Saúde mental

Turma: TERÇA DE TARDE				
Tema escolhido: Saúde mental				
Adolescente	Empresa que trabalha	O que você entende como funções do psicólogo? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional	O que você entende como funções do assistente social? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional	Qual tema você gostaria que abordássemos na roda de conversa
1	O Boticário	Conversar, ajudar as pessoas. Conversar e tentar ajudar os jovens com algum problema de família ou algo assim	Ajudar a melhorar	Suicídio
2	CIASC	É uma pessoa que tenta nos ajudar a solucionar alguns problemas e também para nos ouvir	É nos ajudar em determinadas questões	
3	Unimed	O papel desse profissional é ajudar as pessoas a solucionar os seus problemas	Ajuda a resolver questões que temos dificuldades	Suicídio
4	Iate Clube	Ajudar	Ajudar a melhorar	Suicídio
5	Iate Clube	Não	Prestar assistência para os jovens	Suicídio
6	Unimed	Ele seria responsável por verificar como se encontra a saúde mental e psicológica de uma pessoa-profissional	Ele iria verificar as condições de vida de um indivíduo	Saúde mental
7	Quantity	A função do psicólogo é auxiliar pessoas caso ela esteja passando por problemas que ela não consegue enfrentar sozinha. No NUFT o psicólogo ajuda os jovens a lidar com diversas situações	No NUFT o assistente social cuida dos jovens, corrige os problemas e auxilia a formação	Saúde mental
8	CIASC	O psicólogo ajuda as pessoas a liberar tudo o que cada um está sentindo	O assistente social ajuda a solucionar determinados problemas	Saúde mental
9	DVA	Não sei	Não sei	Saúde mental
10	Unimed	Não sei	Ajudar quem precisa	Saúde mental
11	Quantity	Não sei	Ajudar pessoas que precisam	Saúde mental
12	DVA	Ajudar as pessoas	Esses funcionários tem o papel de organização para que não desande o desenvolvimento da empresa	Internet
13	DVA	Ajudar as pessoas	Organização para que o desempenho não desande	Internet
14	Repecon	Psicólogo veio para orientar quem está precisando, entendo que ele iria atuar com a mesma função tanto com os aprendizes quanto com os funcionários	Para mim, assistente é a mesma coisa que o psicólogo, só que ela não se aprofunda tanto quanto o psicólogo	Suicídio
15	DVA	Funções pela mente. Ajudar na concentração a ter um melhor autocontrole	Preparar os jovens para a vida, mercado de trabalho	Internet

<b>QUINTA DE MANHÃ</b>				
<b>Tema escolhido: Internet</b>				
<b>Adolescente</b>	<b>Empresa que trabalha</b>	<b>O que você entende como funções do psicólogo? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional</b>	<b>O que você entende como funções do assistente social? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional</b>	<b>Qual tema vocês teriam que abordaríamos na roda de conversa</b>
1	DVA Veículos	É ouvir as pessoas e tentar aconselhar da melhor maneira possível	Não sei	Internet
2	COMCAP	Tem a função de conversar com alguém e assim tentar compreendê-lo	Não sei	Mundo do trabalho
3	Quantity	Acho que a função do psicólogo seria atender as dificuldades (ou escutar o que há de errado) do menor sem julgá-lo mas sim abrir as portas da realidade	O assistente social deve estar apto para ajudar a família	Saúde mental
4	Unimed	O papel do psicólogo é conversar com a pessoa para ver se está indo tudo bem, tento no serviço quanto em casa	Assistente social serve para ajudar quando alguém desobedeu ou desrespeitou	Internet
5	Repecon	Ajudar a achar uma solução, ajudar etc.	Não sei	Saúde mental
6	Unimed	Entendo que ajuda a solucionar os problemas de alguém, ajudar o indivíduo a ser feliz.	entendo que seja a mesma coisa que o psicólogo	Saúde mental
7	Unimed	O papel de um psicólogo é conversar o que está acontecendo no local de trabalho	É quando você desrespeita num lugar de trabalho e te chamam para conversar com o assistente social	Internet
8		Não sei	Não sei	Suicídio
9	DVA Automóveis	O psicólogo tem a função de mexer e melhorar. O psicólogo no NUFT tem a função de melhorar nosso desempenho no trabalho	Melhorar nosso desempenho no trabalho e mostrar nossos direitos e deveres no trabalho e na sociedade. No NUFT o mesmo papel	Mundo do trabalho
10	Quantity	Eu acredito que a função do psicólogo é ajudar aquelas pessoas que necessitam de uma solução para seu problema ou dificuldade	Não sei	Internet
11	Livraria Catarinense	Pode solucionar algum problema com o jovem	Funciona para poder conversar sobre problemas, desempenho sobre o curso e o trabalho	Internet
12	Unimed	Não sei	Não sei	Internet
13	Unimed	Não sei	Não sei	Relações de gênero e relações homoafetivas
14	Unimed	Não sei	Não sei	Suicídio
15	Unimed	Não sei	Não sei	Suicídio

<b>Turma: SEXTA DE TARDE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA</b>			
<b>Tema escolhido: Suicídio</b>			
<b>Adolescente</b>	<b>O que você entende como funções do psicólogo? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional</b>	<b>O que você entende como funções do assistente social? E no NUFT você entende o que seria o papel desse profissional</b>	<b>Qual tema você gostaria que abordássemos na roda de conversa</b>
1	Seria o papel de alguém em ajudar os empregados ou os indivíduos, tenta resolver problemas da pessoa em questão ao trabalho ou familiar, algo que esteja atrapalhando o serviço ou a área do trabalho do jovem	Cuida de cada pessoa que é contratada na empresa e cuida dos documentos de cada um como: folha ponto, atestado de frequência e atestado em causa de falta na empresa	Sexualidade
2	Ajudar os alunos se tiver problemas	Ir na agência ver se está tudo certo com os aprendizes	Internet
3	--	--	Mundo do trabalho
4	Ajudar o aprendiz com os problemas pessoais	Não sei	Suicídio
5	Ajudar os adolescentes nos seus problemas pessoais e familiares	Não sei	Amizades
6	Psicólogo ajuda a escutar a pessoa que está precisando de ajuda	Não sei	Suicídio
7	Não sei	Não sei	Suicídio
8	Eles ajudam as pessoas que têm problemas em casa ou na empresa	Não sei	Amizades
9	O papel do psicólogo é ajudar, aconselhar o menor	O papel do assistente social é tentar resolver algum problema, por exemplo: na empresa, em casa, na escola e na formação.	Relação familiar e conceito ampliado de família
10	Não sei	Não sei	Relações de gênero e relações homoafetivas
11	Ele trabalha para ajudar as pessoas com problemas em casa e no local de trabalho	Assistente social é a pessoa que vai na agência ver se está tudo bem com os aprendizes	Internet
12	O psicólogo, seu papel exato eu não consigo definir mas, eu acho que tenha algo relacionado com conversa em que o próprio proponha reflexões etc.	Bom, entendo por assistente social como uma pessoa ou um grupo para auxiliar um funcionário em alguma questão levantada pelo próprio ou pelo assistente	Mundo do trabalho
13	Ajuda as pessoas a resolver seus problemas. No NUFT o psicólogo conversa, aconselha e ajuda os aprendizes	Não sei	Saúde mental
14	Ele trabalha com adolescentes ajudando com os problemas em casa ou no trabalho	São os que vão na agência para ver se o aprendiz está fazendo tudo certo	Internet
15	Não sei	Não sei	Suicídio
16	Procura entender e ajudar o paciente; ajudar, entender e escutar o aprendiz	--	Relações de gênero e relações homoafetivas
17	Não sei	Não sei	Sexualidade
18	Não sei	Não sei	Saúde mental
19	Ajudar a solucionar os problemas de pessoas com problemas, nos ajuda e escuta	Não sei	Suicídio
20	Eu entendo que ele ajuda a formar um pensamento. Sim, no NUFT nós entendemos o papel do psicólogo	Entendo que o assistente social cuida de problemas que dá na empresa	Sexualidade

## APÊNDICE C – Avaliação da roda de conversa

### Avaliação

Nome (opcional):

Idade:

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

**Qual a sua impressão geral quanto a roda de conversa de hoje?**

- ( ) Superou suas expectativas; ( ) Atendeu totalmente suas expectativas;  
( ) Atendeu parcialmente suas expectativas; ( ) Não atendeu suas expectativas.

**A roda de conversa contribuiu para compreensão, entendimento do tema sobre \_\_\_\_\_?**

- ( ) Superou suas expectativas; ( ) Atendeu totalmente suas expectativas;  
( ) Atendeu parcialmente suas expectativas; ( ) Não atendeu suas expectativas.

**Sobre a atuação do serviço social e da psicologia no diálogo sobre o tema:**

- ( ) Superou suas expectativas; ( ) Atendeu totalmente suas expectativas;  
( ) Atendeu parcialmente suas expectativas; ( ) Não atendeu suas expectativas.

**Espaço para observações (sua opinião é extremamente importante para nós):**